



ATA NÚMERO 15

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2020

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas, no Pavilhão da Escola EB2/3 de Amarante, a Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Moraes Clemente, Raimundo Magalhães, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, André Magalhães, Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Olívia Carvalho, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Oliveira, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Maia, Carlos António da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – António Silva - **Faltou**
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
Lomba – José Sidónio Oliveira Pinto Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva

SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes

TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique

Monteiro - **Faltou**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO

- **Faltou**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –

Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.

CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho - **Faltou**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Leite

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Alfredo Carvalho, Presidente da União de freguesias de Freixo de Cima e Freixo de Baixo.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos.

Antes de ser votada a ata da reunião anterior, foi lido pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Pedro Cunha, um voto de pesar, pelo falecimento do senhor D. Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula, recentemente falecido, subscrito pelos líderes com assento na assembleia, que a seguir se transcreve: “Os grupos Municipais do PSD, do PS, do CDS/PP e o Independente António Brandão, manifestam profundo pesar pelo falecimento do Arcebispo emérito de Nampula.

D. Manuel Vieira Pinto, natural de Aboim, concelho de Amarante, foi Bispo de Nampula entre 1967 e 2000. D. Manuel, foi conhecido pelo seu pragmatismo, pela sua tenacidade e audácia.

D. Manuel teve ao longo da sua vida apenas um lado; o dos mais fracos e oprimidos.

Condolências à família.”

Foi de seguida guardado um minuto de silêncio em sua memória.

Os trabalhos continuaram com a análise e discussão da **ata da reunião de dezoito de 28 de Fevereiro de 2020**. Relativamente a esta ata usou da palavra o senhor deputado **HUGO CARVALHO**, que verbalmente requereu a retirada da ata em análise alegando que “a mesma não espelhava fidedignamente aquilo que foi dito na última reunião principalmente no que diz respeito à intervenção feita pelo senhor Presidente da Câmara, onde faltam frases ou palavras importantes e que não estando ali, alteram o sentido do que por ele foi dito”.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado **ANTÓNIO ARAÚJO**, que disse que “se a bancada do PS não concorda com a ata, deve em primeiro lugar apresentar

as correções que julguem serem necessárias. Depois disso, tem ainda o direito de a votar ou não favoravelmente.

Usou de novo a palavra o senhor deputado **HUGO CARVALHO**, que disse que o PS nunca pôs grandes objeções nem solicitou correções às atas. Desta vez, entende que a mesma deve ser retirada da ordem de trabalhos, corrigidas as intervenções do senhor Presidente e votada numa próxima reunião. Por isso, requer que seja retirada e que no prazo de quarenta e oito horas seja fornecida a gravação para que o PS a possa usar convenientemente de modo a poder fazer as correções que entende dever ser feitas.

Perante estas palavras e porque mais ninguém se inscreveu, o senhor **Presidente da Assembleia, Dr. Pedro Cunha**, disse que não tinha autoridade moral para a retirar. A ata vai ser votada e ao PS reserva-se o direito de a votar a favor ou contra. Antes da votação final pôs à votação a proposta do senhor deputado **HUGO CARVALHO**. Dessa votação apurou-se o seguinte resultado: **Votos a favor: 17 – Abstenções 0 (zero) – Votos contra: 26**. Perante este resultado, a proposta foi rejeitada e a ata foi então votada tal e qual como foi submetida à reunião. Dessa votação apurou-se o seguinte resultado: **Votos a favor: 26 – Abstenções 0 (zero) – Votos contra: 17**.

De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a ata por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes deputados: Pedro Miguel Varejão Reis e o senhor Presidente da Junta de Mancelos, Carlos César Carvalho.

Foi ainda aprovada em Minuta por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Executados estes procedimentos, passou-se de imediato ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra neste período da Assembleia Municipal os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: "Começo com uma palavra de solidariedade a todos os Amarantinos que ainda tem problemas com o Coronavírus e espero que recuperem rapidamente. Depois felicito a Câmara pela excelente resposta que em minha opinião deu e continua a dar a esta tragédia que nos fulminou, porque ninguém estava à espera, ninguém estava preparado mas num cenário deste tipo, de gestão dinâmica, quase ao minuto, as respostas e decisões do Executivo foram responsáveis, adequadas e oportunas tendo sido tomadas as decisões que a cada momento se tornavam necessárias, sempre com o apoio, a colaboração, a disponibilidade e a solidariedade institucional e aqui também registo o empenho dos senhores Vereadores da oposição. Destaco também o apoio de todos aqueles que disponibilizaram a ajudar, seja individualmente, sejam as empresas ao nível da colocação de recursos à disposição da Câmara. Com uma política de comunicação que me pareceu rigorosa e responsável privilegiando-se a eficácia da resposta em vez da propaganda, tendo sido reorganizados os serviços, tendo sido asseguradas as tarefas essenciais e colocado o foco no apoio à comunidade amarantina. Ao nível sanitário sei que houve uma articulação muito estreita com as autoridades de saúde e que se procurou prestar todo o apoio que estava ao alcance da Câmara. Nomeadamente, registei o apoio aos profissionais de saúde em termos de transporte no terreno, abastecimento de bens essenciais, acomodação e fornecimento de refeições. A aquisição e entrega de algum material de proteção, designadamente

máscaras, luvas e viseiras para necessidades mais urgentes. Conjuntamente com os outros municípios que integram a CIM e a Câmara de Paredes foram adquiridos ventiladores que foram entregues ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Em articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Amarante foi adaptada uma ala do antigo hospital de S. Gonçalo, onde foram instaladas 43 camas para funcionar como retaguarda para as IPSS como resposta a lar para idosos. Foram também adquiridos testes rápidos para rastreio preliminar de anticorpos para Covid-19. Foi também feita instalação no antigo Hospital de S. Gonçalo, em parceria com o Centro de Medicina Laboratorial e em articulação da ARS Norte, um centro de rastreio à Covid-19. Foi também mantida uma estreita colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa, designadamente na distribuição de equipamento de proteção individual.

Ao nível económico também registei algumas medidas de apoio à economia e ao comércio local em coordenação e parceria com as associações empresariais de Amarante e Vila Meã, nomeadamente a criação do serviço de apoio empresarial à Covid-19. Foram aprovadas isenções de taxas nos espaços públicos para esplanadas e expositores. Foi também lançado o mercado alimentar de Amarante para apoio aos produtores locais.

No plano social, que se revela neste momento absolutamente necessário, sei que houve uma reorganização dos serviços para poderem responder ao enorme aumento das necessidades que a pandemia implicou. Foram então reforçados os serviços de apoio aos idosos, o fundo de emergência social, e ainda a resposta de apoio psicológico entre outras medidas. Foi criada a resposta de apoio à comunidade amarantina para assegurar apoio alimentar às famílias que dele necessitem. Sei também que a rede social esteve ou ainda está em permanente contacto e em alerta constante. Tem sido notável a interação entre todos os parceiros da rede. Ao nível do transporte público foi mantido flexível, durante o período de 1 de abril a 15 de maio, sem qualquer custo para o utilizador. No mesmo período manteve-se em funcionamento a linha de ligação de Amarante à estação de Vila Meã e a partir de 18 de maio houve o reforço da oferta de transporte público.

Quanto ao apoio à comunidade educativa, foram entregues a alguns estabelecimentos de ensino computadores e routers para serem distribuídos a alguns alunos cujas prioridades foram definidas pela DGES e pelos Agrupamentos.

Mesmo assim o município continuou com excelente ritmo a que nos habituou, com o lançamento de obras. Infelizmente como não podia deixar de ser há um conjunto de iniciativas e eventos promovidos pelo município ou onde ele tem participação, que ficaram pelo caminho, como é o caso do rali, das festas do junho, do UVA, da Idade do Ouro, do MIMO e do Há Fest. Para o ano, Amarante voltará certamente a todas estas iniciativas com mais energia e com mais gosto, até porque sentimos agora a falta que nos fazem. Pelo menos, é possível reafectar as verbas que estavam destinadas a estes eventos canalizando-as no combate à pandemia numa altura de muitas despesas imprevísíveis e de notória redução das receitas.

Importa ainda fazer alguns agradecimentos e referências especiais por serem justas e merecidas. Em primeiro lugar ao excelente papel desempenhado pelas Juntas de Freguesia em termos de colaboração com a Câmara e entre elas próprias com partilhas de recursos. Ao nível de reforço de apoios aos seus fregueses esse apoio passou a ser mais contínuo e abrangente numa atitude exemplar e que está patente por exem-

plo, no plano de desinfeção dos espaços públicos e equipamentos de recolha de resíduos, na distribuição de máscaras e em muitas outras medidas de apoio próximo. Muito obrigado às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta. Aos profissionais de saúde que estão e estarão na primeira linha deste combate pela sua abnegação e espírito de missão nesta autentica guerra que estamos a travar. Aos colaboradores do município em especial àqueles que continuaram todos os dias a assegurar os serviços de limpeza, recolha do lixo, proteção civil, sem esquecer aqueles que mesmo em teletrabalho asseguraram muitos dos serviços na sua retaguarda. A todos os voluntários. A todos os serviços de supermercado, padarias e correios. Às forças de segurança. Às duas corporações de bombeiros de Amarante. Às entidades da rede social. À comunidade educativa que passou também, a partir de determinada altura a ministrar parcialmente o ensino presencial. A todos agradeço e reconheço o excelente trabalho, o espírito de missão e o sentido de responsabilidade em nome dos elementos do PSD nesta assembleia.

Quanto ao futuro, devemos continuar a proteger-nos e a cumprir todas as regras e orientações já bem conhecidas até porque não sabemos se o pior já passou. Esperemos que sim. Quanto a Amarante pelo menos até ontem estávamos sem novos casos desde o dia 8 de junho, ou seja há 17 dias consecutivos. Espero que assim continue.”

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Evidentemente que nesta Assembleia as primeiras palavras tem de ter em conta aquilo que nos assolou nos últimos tempos e nos faz hoje estar aqui neste espaço e felizmente estamos a conseguir fazê-lo, demonstrando que é importante e que mesmo nos momentos mais difíceis a democracia possa funcionar e as instituições reunir. Nesta primeira assembleia é fundamental fazermos uma nora daquilo que a infelicidade com que todos nos deparamos, tendo-se criado uma situação inimaginável há uns meses atrás. Ninguém conseguiria imaginar que estaríamos tão condicionados na nossa vida. Evidentemente que tudo isto colocou desafios a todos na sociedade e em especial àqueles que tem responsabilidade para gerir o território. Os elogios que o senhor deputado António Araújo referiu, são justos e merecidos, com os quais concordamos, sejam à Câmara, sejam às Juntas de Freguesia, sejam às instituições. Mas, em todo este contexto o senhor deputado António Araújo esqueceu-se de referir um, o Governo. É justo que se reconheça que o governo também trabalhou e muito para que as coisas possam correr bem. Devo dizer que a incerteza é o pior inimigo de quem tem de tomar decisões políticas e por isso, senhor Presidente, é que nós reconhecemos as suas dificuldades nesse domínio. Mas também não quero com uso deixar de manifestar a opinião do Partido Socialista face àquilo que foi e que poderia ter sido a atividade da Câmara Municipal neste período. Não o faço por combate político e fica aqui já dito que não irei fazer nenhum tipo de resposta acerca das opiniões que o senhor Presidente possa manifestar. Mas parece que a Câmara de Amarante fez pouco relativamente a outras. É verdade que a resposta social foi aprimorada e melhorada. Só tinha que o ser. É verdade que foram aplicadas um conjunto de isenções com as quais os Vereadores do PS também concordaram. É verdade que foram distribuídos alguns equipamentos eletrónicos a alguns estudantes que se viram de um momento para o outro sem a possibilidade de frequentar a escola. Eu aqui não fujo às responsa-

bilidades, porque a responsabilidade de dar esses instrumentos era da responsabilidade do poder central e não das autarquias. Mas a verdade é que muitas autarquias conseguiram fazê-lo em maior número e com mais rapidez do que a Câmara de Amarante. Quando se trata de defender os nossos jovens eu gostava de ter visto uma resposta mais efetiva e mais célere por parte da Câmara. Também me parece que relativamente aos equipamentos de proteção individual, estivemos aquém daquilo que outros municípios conseguiram fazer. Reabrimos mais tarde a feira e o mercado municipal, comparativamente a outros concelhos da nossa região. Neste momento, ainda não temos diretrizes muito claras relativamente a praias fluviais, parques de lazer e outros espaços do nosso território onde essa articulação é importante. Mas senhor Presidente, a principal falha e esta é institucional prende-se com a relação que o senhor Presidente teve com as instituições do concelho, nomeadamente no que diz respeito à ação social escolar. A Câmara de Amarante estabeleceu um conjunto de protocolos com as Juntas de Freguesia e com outras entidades do nosso território que se têm substituído à Câmara com resultados proficuos nomeadamente nos transportes escolares, a servir refeições e na manutenção dos espaços. Essas entidades fruto de protocolos que estabeleceram com a autarquia já com uma duração muito longa e com muita previsibilidade, estabeleceram um conjunto de compromissos, nomeadamente compromissos salariais e de recursos humanos, viram de um momento para o outro, através de uma comunicação de email, sem nenhum tipo de explicação, que a Câmara Municipal não iria prestar esse tipo de apoio. Não houve a preocupação em saber se os vencimentos iriam ser assegurados, se as juntas iriam ter condições de poder pagar as despesas fixas, se havia dinheiro para a manutenção e seguros das carrinhas, enfim, um conjunto de equipamentos que as Juntas têm e que depois articula para poder dar respostas sociais, e bem, porque esse modelo funciona bem no nosso concelho, mas que de momento para o outro toda essa relação foi quebrada através de um email sem qualquer explicação. Mais grave é que o senhor Presidente, ainda nem sequer tinha a garantia da parte do Governo que a verba não iria ser transferida para a Câmara Municipal que depois transferia para as Juntas. Mas mesmo que o governo cortasse, que não foi o caso, a verdade é que o município podia ter assumido esse compromisso a exemplo do que fizeram outros ao nosso lado, como por exemplo o Marco de Canavezes. Mais tarde o senhor Presidente fez mea culpa, sendo que o PS apresentou uma proposta na reunião de Câmara através dos seus Vereadores, para suprir este problema. Depois disso, o senhor Presidente da Câmara vai renegociar com os senhores Presidentes de Junta uma proposta evidentemente melhor mas que mesmo assim não servia para cobrir todas despesas que os senhores Presidentes de Junta têm. E aqui ainda mais um parêntesis – as Juntas em particular tem prejuízo nestes acordos. Se aqueles que não tem subsídio e se os pais ou encarregados de educação não pagarem, as Juntas é que ficam com o prejuízo. Como sabem, é difícil cobrar esses valores, que mesmo sendo pequenos, são muitos. Esta relação não foi correta. O senhor Presidente absorveu um conjunto de despesas fixas, nomeadamente salários, sabendo-se quanto é importante assegura os postos de trabalho. Também criou e bem, um apoio extraordinário para o apoio à telescola, no valor de cento e cinquenta euros. A questão é que só aplicou essas medidas àquelas Juntas de Freguesia que tinham o protocolo, mesmo sabendo que as outras Juntas também prestaram esse serviço mesmo sendo do PSD. Mas as Juntas do PS não tem essa verba, mas prestaram esse serviço e portanto era impor-

tante que fosse feita a retificação a todos que não tiveram a verba de cento e cinquenta euros, de forma a dar equidade a todos os Presidentes de Junta”.

CARLOS CARVALHO – PSD

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Os últimos meses têm marcado a vida da nossa comunidade de forma significativa. Um estranho, desconhecido e invisível inimigo tem devastado a vida, e o modo de vida, do mundo que todos conhecemos.

Inimigo que teve, que tem, a capacidade de mudar os hábitos e costumes de todos nós. Inimigo que teve, que tem, a força de nos fazer repensar sobre o que realmente importa na vida e nas ações de cada um de nós. Que teve, que tem, a assustadora capacidade de nos fazer compreender, de nos obrigar a perceber, que as prioridades que muitas vezes definimos não são verdadeiras prioridades. Inimigo que teve, que tem, a capacidade de nos forçar a entender que somos mais comunidade quando nos olhamos de igual para igual na fragilidade que é ser Humano.

Se estamos aqui, hoje, é porque partilhamos o gosto, a paixão, o sentimento (permitam-me a expressão “sentimento”) de que a comunidade faz-se com a participação de todas e todos. Faz-se com o discordar de uns, com o “confronto” de outros, mas com a força de todas e todos.

O inimigo dos dias de hoje não escolhe nacionalidade, não escolhe género, não escolhe cor da pele, não escolhe forma dos olhos, não escolhe idade, não escolhe orientação sexual, não escolhe preferência político-partidária, não escolhe credo. Mas escolhe-nos a todos e a todas, esse inimigo que teve, que tem, a cobardia de nos matar sem que sequer o consigamos ver.

Não sou, por isso, mais do um elemento da nossa comunidade profundamente grato para com todas e todos que, apesar da presença invisível do inimigo que por aí circula, têm tido a grandeza de dar de si para os outros.

Obrigado aos profissionais de saúde.

Obrigado a todas e todos que se uniram para, de algum modo, criar redes de entreajuda na nossa comunidade. E temos casos exemplares neste nosso concelho.

Obrigado a quem nos governa, nos mais diversos níveis da governação do nosso país. Os momentos que temos vivido são tão complexos que não nos podemos esquecer que as falhas que possam acontecer, que possam ter acontecido, também são sinal de que o que estamos a passar tem muito de sobre-humano, apesar de ter de ser encarado por humanos.

Obrigado às Senhoras e aos Senhores Presidentes de Junta, em especial aos que partilham desta sala hoje.

Obrigado ao Executivo Municipal de Amarante. Há muito trabalho, há muita ação visível, mas também há muita ação invisível e que tem sido fundamental para que a nossa comunidade possa resistir do melhor modo possível.

Estou grato, como cidadão, como amarantino.

Além do que já aconteceu nos últimos meses e que tanto impacto tem tido na vida de todas e de todos, sabemos que mais virá. E quando falo em mais, não estou a falar das sequelas na saúde da nossa comunidade, nem nas vidas que ainda se perderão roubadas por esse invisível inimigo. Falo da crise que se está a instalar no nosso

modo de vida. No que provocará de perdas na nossa economia, nas perdas de empregos e nas dificuldades que trará.

Enquanto esperamos ansiosos por uma vacina que nos proteja, ou por um tratamento que nos aguente, temos de nos precaver para o impacto social que está já à vista.

Sou dos que acredita que não podemos parar. Apesar de tudo, não podemos apenas lamentar.

Precisamos agir, como comunidade. Precisamos pensar no que é prioritário de verdade e naquilo que nos será importante para restabelecer o nosso modo de vida como o tínhamos, pelo menos, no início de março.

É importante que em conjunto com as medidas que possamos aplicar para diminuir os estragos que o vírus nos causa, tenhamos a capacidade de projetar outras que mais rapidamente nos coloquem mais próximos do progresso.

O vírus, esse inimigo invisível, não é uma oportunidade. É um obstáculo. Um obstáculo que devemos ultrapassar com muita aprendizagem. Aprendizagem que nos permita solidificar a economia (que gera empregos, que por si geram os rendimentos de que as famílias, as pessoas, precisam) em áreas mais sustentáveis e menos vulneráveis. Uma economia que não tenha quase todos os ovos no mesmo cesto.

Aqui, precisamos e temos de continuar a fazer Amarante. A dizer-lhe “sim”, por mais assustados que estejamos nestes tempos únicos.

É importante que possamos lembrar que o nosso governo local definiu várias prioridades quando se apresentou aos amarantinos com um plano político para a nossa terra que pretendia, mais do que qualquer outra coisa, afirmar-nos, a todas e todos, enquanto comunidade.

Não concordamos todos, e ainda bem. Não pensamos todos igual, e ainda bem. Mas havemos todos de desfrutar da nossa terra sem uma máscara que nos oculte o sorriso proporcionado pelas obras que se continuam a pensar, planear e a executar, sejam elas visíveis ou invisíveis, materiais ou imateriais. E isto, apesar de andar por aí um inimigo invisível.

No dia de hoje importa referir que, apesar de tudo, a nossa terra continua a melhorar.

Vejamos.

Temos em plena execução as obras no Bairro Cancela de Abreu, no valor de mais de 3,3 Milhões de euros. Temos em andamento as obras no Cineteatro, no valor de mais de 5 Milhões de euros – e quanto desejamos podermos reunir-nos lá, todas e todos, sem máscaras que nos protejam do inimigo invisível. Em progresso também a obra a que chamamos “Azenhas 1”, de perto de 450 mil euros e já em bom ritmo de execução a tão ansiada, e por tantas décadas, requalificação da Avenida Alexandre Herculano, no valor de mais de 460 mil euros (um pouco mais se acrescentarmos o valor do terreno).

Ao mesmo tempo, podemos sorrir pela conclusão da escola de Mancelos e da escola de Figueiró, no seu conjunto com um valor de mais de 1,8 Milhões de euros.

Em fase de contratação estão mais três importantes obras: a do Parque Multifuncional do Rossio, mais de 1 milhão e 260 mil euros, a designada “Azenhas 2”, com um valor de mais de 1,4 Milhões de euros e o nosso monumental Solar do Magalhães, com um valor aproximado de 2,8 Milhões de euros.

Em concurso, as amarantinas e os amarantinos ainda têm a obra do “elevador e acesso vertical” da Rua Cândido dos Reis, com um valor na casa dos 450 mil euros e os arranjos exteriores do Bairro da Chentuada, com um valor acima dos 230 mil euros.

Em fase de concurso está também a obra que resolverá, por meio de uma rotunda, o relacionamento das Avenidas 25 de Abril e 1º de Maio na cidade de Amarante. Com um valor de pouco mais de 300 mil euros, esta é uma obra que, até pela simbologia e importância das datas que emprestam o nome às duas avenidas que ali se unem, nos poderá sempre lembrar quanto trabalho é preciso para que possamos, todas e todos, ser livres.

Que possamos, num 25 de abril próximo, ou num 1º de maio, ter ali um ajuntamento com menos distanciamento social. Num quadro que, graças à liberdade de todas e todos, não se pinta só de esquerda.

Os números que fui referindo nestas últimas frases totalizam mais de 17,5 Milhões de euros de investimento, de obra visível na nossa terra. Não concordamos todas e todos com todas e com todos. Mas podemos, enquanto nos vamos debatendo com os números desanimadores que o inimigo invisível nos presenteia, ainda, diariamente, ter esperança no que, apesar de tudo, vai sendo feito.

É por isso que estas realizações, mais defendidas por uns do que por outros, mas igualmente importantes para todas e todos, são também uma esperança por um futuro que havemos de continuar a conseguir construir por mais pisados que possamos estar pela guerra em que estamos envolvidos.

Ainda que esteja preocupado, como estamos muitos de nós seguramente, com os danos que este vírus nos tem causado e causará, também estou confiante de que, mais mês, menos mês, mais ano, menos ano, ele será derrotado e viveremos.

Obrigado, a todas e todos, pelo quanto dão de si pela comunidade.

Obrigado, a todas e todos, pelo quanto continuam a fazer obra, visível e invisível, material e imaterial, em Amarante, enquanto salvaguardam a comunidade.

Sorriremos, sem máscaras ou viseiras e, no final de tudo, teremos sempre Amarante”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “É evidente que o Governo também teve o seu papel, importantíssimo embora ultimamente um pouco mais errático, mas sobretudo tem de ser felicitados os portugueses que em determinada altura souberam fazer o que tinham a fazer e hoje, na maioria dos casos continuam a sabê-lo. Claro que neste período de desorientação houve falhas e decisões melhores ou piores com é evidente. Vir aqui falar em decisões que dizem erradas mas que foram corrigidas, não faz grande sentido numa altura destas. A resposta da Câmara e das IPSS em comparação com os municípios vizinhos de igual dimensão, em Amarante felizmente, dentro da tragédia e penso eu que não morreu ninguém e os nossos números são muito inferiores aos dos vizinhos. Se formos a olhar apenas aos factos, a resposta da Câmara e sobretudo das IPSS que tem estruturas ligadas a lares, foi até agora eficaz. O que não se fez, como noutros lados, foi a propaganda. Aqui privilegiou-se a resposta e a eficácia. Esperemos que assim continue, sem mais casos e sem mortes”.

ZITA PEREIRA – PSD

A senhora deputada fez, neste período da Assembleia a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “A 23 deste mês, foi publicado em Diário da República, (2.ª série) o despacho (n.º 6573-A/2020), no qual consta a lista das escolas, da rede pública, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, onde o amianto vai ser removido ao abrigo de um programa que custará 60 milhões e será financiado por verbas comunitárias, e serão os custos financeiros destas intervenções totalmente suportados pelos Programas Operacionais Regionais, designadamente Norte 2020.

Sabe-se que a utilização de fibras de amianto foi proibida no quadro normativo nacional em 2005.

Em 2016, o Primeiro-ministro, o mesmo até hoje, em plenário na Assembleia, anunciava, com a mesma pompa e circunstância, que a remoção do amianto nas escolas estaria concluída em 2018.

Em 2017, Programa de Estabilização Económica e Social e Programa Nacional de Reformas, aprovado em abril desse ano, preveem a remoção de todas as estruturas com amianto nas escolas públicas.

Apesar de comprovado o risco das fibras de amianto e a sua relação entre a sua exposição e o desenvolvimento de cancro, e como tal foi considerado ‘prioritário’ pelo Comité Económico e Social Europeu.

Em Portugal, faz 5 dias que foi conhecida a lista das escolas onde o amianto será retirado.

De 578 escolas de onde o amianto vai ser retirado, 218 ficam no Norte, 24 ficam na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, por governos municipais: 2 por PSD, 19 por PS e 3 no Município independente com o Presidente, publicamente, associado nos eventos do PS.

Tal como Portugal, está o Tâmega e Sousa, através da Comunidade Intermunicipal, com domínio de oligarquia e com o governo de clientelas. Basta-lhes mandar.

Que fique claro para os amarantinos, aquilo que é claro para os portugueses, os critérios de quem manda.

Peço a resposta do Senhor Presidente:

Se Amarante ficou com escolas por contemplar?

Quais os motivos?”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “ Senhor Presidente da Assembleia Municipal pedia a sua atenção para dizer em primeiro lugar que o grupo parlamentar do PS não aceita que o senhor imponha quando é que o PS pode falar. Nós falamos até ao limite do tempo. Se o senhor Presidente de Câmara esgotar o tempo antes, não há necessidade nem motivo algum para o senhor Presidente da Assembleia dizer que dá apenas a palavra ao senhor Presidente de Câmara e mais ninguém fala. Isto que fique claro. Por uma razão de cortesia informei o senhor Presidente da Câmara que tinha um outro assunto para falar, por forma que o senhor Presidente fizesse a gestão do tempo, que nem teria que fazer, mas fi-lo por uma questão de cortesia.

Relativamente à intervenção da senhora deputada do PSD, quero dizer-lhe que não podemos transformar tudo isto como se isto fosse um debate de cores políticas. A

senhora veio aqui muito preocupada alegando que o governo foi sectário na remoção do amianto. Não a ouvi dizer nada acerca das palavras do senhor Presidente da Câmara quando na última assembleia disse que não iria fazer nada nas Juntas de Freguesia do PS. É preciso ter coragem para ter vindo aqui dizer o que disse. Pode ainda vir aqui dizer ao senhor Presidente da Câmara que repudia o facto de ele ter dito que não fará obras nas Juntas do PS. Portanto, o que veio aqui fazer foi hipocrisia política. Quero também lembrá-la que a Comunidade Intermunicipal que referiu, bem como aos números de remoção do amianto, peço-lhe que pesquise e veja quantos municípios tem a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e veja quantos é que são liderados pelo PSD. Se são poucos, não me venha querer dizer que as obras só são feitas nos municípios do PS. Veja lá bem quantos é que são e como é que é feita essa distribuição”.

De seguida o senhor deputado **PEDRO REIS**, pediu a palavra, mas o senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que o PSD já tinha esgotado o tempo. Apesar disso, o senhor deputado usou a figura regimental da defesa da honra, para dizer ao senhor deputado Hugo Carvalho que já não é a primeira vez que ele descontextualiza as palavras do senhor Presidente da Câmara quando refere que o Presidente da Câmara não vai fazer obras nas Juntas do PS. Todos sabemos que isso não é verdade e os factos provam-no. Disse concordar com o facto de que não deve ser o senhor Presidente da Assembleia que deve decidir quando é que acaba o tempo. Acaba quando ninguém quer intervir ou então quando acaba o tempo que os partidos tem disponível. O senhor Presidente da Câmara irá falar o tempo que achar adequado e se depois disso as forças políticas ainda tiverem tempo, poderá usar de novo da palavra até ao limite desse tempo”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: "estamos hoje aqui a realizar esta reunião, num ambiente diferente, a cumprir as orientações da DGS, dando um sinal neste fórum, mantendo o distanciamento e estando protegidos, sendo lá fora nas mais diversas situações seja no mercado, seja na Câmara, seja nas escolas. Nós temos de nos lembrar que esta guerra ainda não acabou. Esta guerra está num estado em que nós não sabemos qual é o fim. Não sabemos ainda durante quanto mais tempo vamos continuar a ser chamados a intervir novamente. Por isso é que eu queria começar por agradecer aos senhores Presidentes de Junta que na altura em que foram chamados a intervir disseram -estou presente e farei tudo que estiver ao meu alcance e fizeram tudo o que esteve ao seu alcance de forma séria e rigorosa por forma a acautelar a vida das pessoas. Por isso, eu quero-vos agradecer porque tiveram uma postura fantástica. O Dr. Araújo fez aqui uma explanação muito bem feita de tudo aquilo que aconteceu localmente. É evidente que não se referiu ao governo, nem ao senhor Presidente da República porque não era disso que se tratava. Eles ganharam alguma notoriedade, mas apenas fizeram o trabalho que lhes competia. Nós aqui também fizemos o trabalho que nos competia. Quando dizem que nos atrasamos e que alguns andaram mais rápido, permitam-me que eu diga com orgulho que todos nós aqui, incluindo os senhores Vereadores que também ajudaram nesta altura, obviamente fazendo as propostas que entendiam. Agora, não andamos com os holofotes da comunicação social. Aliás eu tive a oportunidade de num determinado fórum de criticar veementemente a atitude de alguns entregarem máscaras e computadores e aproveitavam para tirar foto-

grafias. Nós entregamos 150 computadores em articulação com os agrupamentos escolares mas ninguém falou, porque tínhamos acabado de equipar salas e a primeira regra era saber o que é que temos, o que é que podemos disponibilizar, falando sempre com os técnicos da Câmara a quem quero dar uma palavra de apreço porque estiveram sempre presentes, a ajudar prontamente, no dia seguinte por forma a responder a quem eventualmente estivesse a passar por dificuldades. Criamos linhas de ação por forma a podermos responder prontamente. Não andamos na comunicação social. Como o senhor deputado Hugo Carvalho tem lá em baixo tempo para ver os jornais, não viu Amarante porque nós não quisemos. Nós articulávamos com quem queríamos ou precisávamos. Articulamos com a rede social, os Presidentes de Junta estavam sintonizados com os serviços da Câmara e com quem estava mandatado com quem fazia essa articulação para rapidamente darmos respostas. Agora, é verdade que não andávamos a fazer show-off que da parte de alguns achei miserabilista. E não fui só eu. Muitos outros autarcas com quem estive numa reunião, de vários quadrantes políticos repudiavam essas atitudes, porque não é nestas alturas que os autarcas têm de andar aqui com o dedo no ar a dizer que vão dar, mas depois não dão nada. A dizer que vão pagar mas depois não pagam nada. Aliás, algumas colegas meus até diziam "*paguem as contas que têm lá na Câmara*", porque alguns tem um ano de atraso. Isto não é sério. Senhor deputado, fique a saber que este Executivo trabalha de uma forma séria. Não anda aqui em feiras de vaidades. Nós, o mercado municipal abrimos dentro do prazo previsto. O Governo deu as orientações através da DGS, definiu as regras e nós cumprimos escrupulosamente as regras. A feira era um assunto delicado mas tudo foi preparado para que as pessoas lá fossem e o espaço garantisse condições de segurança. Amarante tem de vender segurança. Não queremos publicidade negativa. Eu não quero, ninguém quer a andar na comissão social a dizer que apareceram casos em Amarante. Nem eu quero nem todos aqueles que estão a gerir território. Nenhuma IPSS de Amarante quer isso. Aliás, quero dar uma palavra de apreço às IPSS que fizeram um trabalho inexcelente. Por isso, no tempo que ainda vivemos, ainda não é tempo de estarmos aqui com atoardas. É tempo de estarmos focados naquilo que é a nossa responsabilidade que é muita. Temos de ter muita atenção porque não sabemos ainda o que é que vai acontecer. Oxalá que todos possamos até ao período em que houver vacinas e estejam disponíveis, que tudo corra em conformidade. Mas se calhar poderá não ser assim. A Câmara de Amarante irá continuar a pautar-se pelo rigor e pela exigência tendo em conta aquilo que é a sua responsabilidade. Reconheço que há coisas que podiam ter sido melhor orientadas e que podia ter sido feito um melhor planeamento, mas desde a primeira hora que tivemos toda a gente em casa. Íamos trabalhando através do teletrabalho e através das plataformas informáticas, mesmo tendo em conta as dificuldades provocadas pelo uso maciço da internet, mas mesmo assim conseguimos dar resposta. Houve protocolos que por força desta situação e da lei que não podemos cumprir de acordo com o que estava acordado. Anulamos esses protocolos e fizemos novas propostas. No dia em que estávamos em reunião o meu Vereador, com a área da educação, por volta das dez horas disse-me que por parte da DGEsTE afinal sempre iriam haver transferências. Nessa altura avançamos. Estes recuos e avanços não é falta de respeito por ninguém, mas sim com base na informação que temos à nossa disposição. Mas quando diz que o governo vai transferir, é verdade mas apenas vai transferir aquilo que é carregado nas plataformas. Se na plataforma não se carrega

alimentação, não pagam alimentação que é o caso. É evidente que as refeições não as podem pagar porque não as há. Pagam o resto e o resto também é pago aos senhores Presidentes de Junta. O princípio que eu sempre defendi é que ninguém vai ficar mal porque enquanto a Câmara tiver possibilidade de poder ajudar, seja qual for a Junta, vai ajudar. Eu estou em crer que se o senhor deputado estivesse no meu lugar faria a mesma coisa. A Câmara de Amarante esteve atenta, foi expedita e esteve sempre em cima do acontecimento. Estivemos sempre na primeira linha. Agora, depois do que ouvi percebo que tenho de estar mais na comunicação social porque depois há quem não consiga perceber que afinal nós somos tão ou mais expeditos e mais rigorosos do que muitos outros que andam com a bandeirinha, mas depois não se percebe o que andam a fazer.

Relativamente ao amianto, saiu uma orientação por arte da ANMP e por parte das demais entidades competentes que ia haver total remoção das estruturas de amianto nas escolas públicas. Com base nisso sinalizamos todas as escolas, sendo que havia um Jardim de Infância que já tinha sido desativado e portanto não havia lugar à remoção e que é o de Padronelo. Mas depois tínhamos a da Torreira, tínhamos a do Marão e a de cá. Foi isso que foi sinalizado, porque eram todas as escolas. Ainda ontem ouvi na TSF que todas as escolas vão deixar de ter amianto. Mas isso não é verdade. Não se verifica isso na da cidade. Eu ainda não percebi porquê. E por isso já tive de dizer basta; basta de tanta maldade. Basta de tanta confusão política e partidária e por isso numa reunião na CIM tive de o dizer, se calhar até com algum exagero, mas têm de me dar explicação do porquê da retirada da escola. Foi-me dito que foi pelo facto de termos feito uma intervenção no âmbito do PAC. Mas o que é que tem uma coisa a ver com a outra? A escola continua ou não a ter amianto? O protocolo que o governo fez com a Câmara de Amarante é que nos davam meio milhão de euros e a Câmara faria a intervenção que foi apresentada sendo que havia o compromisso de que depois é preciso continuar a fazer o que a escola precisa. Ainda bem que estamos cá hoje porque assim podem dar uma volta à escola e ver o perigo que pelo exterior ela representa. Aqui, neste pavilhão há um desfasamento de quase 10 centímetros. Há aqui um abatimento há vista de todos. Isto não pode ser e tem de ser corrigido. Havia quem quisesse fazer uma manifestação com a Associação de Pais à cabeça, à porta da Câmara. Na altura até achei muito bem e perguntei se me podia juntar à manifestação e alguém percebeu que o problema não estava na Câmara e adiaram a manifestação para data posterior, o que também não é muito sério. Para terminar quero dizer que infelizmente Amarante continua a ter escolas com amianto e vai continuar a ter, porque algumas das que eram para ser intervencionadas foram retiradas e ficou só uma, que entretanto foi também retirada, que foi a Fregim. Foi perguntado o porquê ao diretor da DGEsTE que respondeu que devia ter havido um engano. De três passou a uma e já nem foi a duas. Julgo que disseram que iam corrigir. Da nossa parte, havendo a possibilidade de poder corrigir, iremos fazê-lo. Não queremos é ser discriminados”.

HUGO CARVALHO - PS

No uso da palavra disse: “Eu apelei ao senhor Presidente da Câmara que rinha questões para lhe colocar, mas o senhor Presidente resolveu esgotar o tempo. Eu não vou discutir rigorosamente nada do Covid, mas tenho duas questões que quero colocar. Entendo que o país deve agradecer a todos os dirigentes, independentemente do

partido que forem, uma vez que o país tem de responder a uma situação extremamente difícil. Gostaria de voltar à questão das Juntas de Freguesia porque continua a ser muito importante. Senhor Presidente, a incerteza não justifica mandar um email a dizer que vai cortar um protocolo que os deixa sem capacidade de poder pagar salários e as despesas fixas, sem saber ainda se o governo iria cortar alguma parte da prestação. Essa não é a forma de se relacionar com ninguém. Depois, corrigiu parcialmente. Não deu resposta a todas as despesas que as Juntas têm, fruto desses protocolos e também não dá resposta aos jardins-de-infância no período que não estava em vigor no protocolo e ainda tinha uma rubrica a descoberto. Mas mais importante do que isso e ainda não deu aqui uma resposta foi ao facto de sabermos porque é que umas Juntas recebem 150 euros e outras não. Essa rubrica devia ser destinada a todas as Juntas de Freguesia. Aqui há casos do PS e do PSD e das Juntas Independentes. Portanto, aqui nem sequer está em causa nenhuma questão partidária. Gostava ainda de colocar algumas questões. Verifiquei que o senhor Presidente assinou recentemente um contrato para a realização do festival Internacional dos Jovens Pianistas, no valor de 8.600 euros. Eu gostava de saber quando é que ele se vai realizar? O contrato foi realizado a 10 de março de 2020, mas há vídeos do senhor Presidente de Câmara nessa iniciativa em 2018. Gostava que este assunto fosse esclarecido, porque compete a esta Assembleia essa ação fiscalizadora. Depois, gostaria de falar em dois contratos de avença que foram celebrados pelo município. Um relativamente ao serviço de suporte e gestão ao projeto Iplace, em nove meses no valor de 2.700 euros mensais, remuneração superior à de um Vereador. Gostava que nos pudesse esclarecer este valor. Outra avença prende-se com a assessoria ambiental que já se prolonga há três anos no município de Amarante no valor de 18.845 euros por ano com IVA, o que dá um valor mensal de 1.845 euros. Se já há três anos que o município tem esta avença, porque é que ainda não tem a Câmara nos seus quadros um técnico com contrato sem termo? Verifiquei recentemente que o senhor Presidente fez um contrato de 7 meses com a empresa que gere as termas. Fico surpreendido porque as termas ficam ao município por mais ou menos 40.000 euros por mês com o contrato que tem com a Protermas na gestão das termas, o que dá cerca de meio milhão de euros por ano. Senhor Presidente é esta a forma mais racional de gerir aquele espaço? Parece-me que poderá haver outras formas de gestão. Aqui peço mesmo a sua informação porque me parece um valor avultado. A última questão tem a ver com o facto de saber se o senhor Presidente está a pensar se num curto espaço de tempo tem a ideia de fazer alguma intervenção no convento de Santa Clara? Reparei que desde 2016 até à data de hoje o município já gastou 70.000 euros em aluguer da estrutura/andaime de suporte ao monumento. Se não vamos fazer qualquer intervenção nos próximos anos, se calhar era conveniente ver junto de uma empresa de metalomecânica de Amarante e meter ali uma estrutura fixa que seria certamente muito mais barata. Se assim não for, daqui a um ano estamos aqui a falar de mais 20.000 euros para uma estrutura que facilmente será substituída por uma muito mais barata”

O senhor Presidente da Câmara já não tinha tempo de uso da palavra, para poder responder às questões que anteriormente lhe foram colocadas e disse que responderia mais à frente no Período de Ordem do Dia, onde já tinha o seu tempo. Entretanto, o PS cedeu-lhe o tempo que tinha disponível, para que de imediato o senhor Presidente pudesse responder.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "Foram-me colocadas várias questões e há uma ou outra que eu não sei responder de pronto. Por exemplo na questão dos pianistas, quero dizer-lhe que o concerto já foi feito tendo sido só agora feita a correção desse procedimento.

Relativamente às avenças, quero dizer-lhe que são poucas as avenças que a Câmara tem e as que tem são necessárias. No âmbito da minha competência em termos do exercício da gestão em que eu entendo que a parte ambiental é uma área importante eu recruta pessoas competentes. Quando fala do Iplace, quero dizer-lhe que é um programa financiado e há uma estrutura de recursos humanos, nacionais e internacionais que tem de ser contratados. Como nós somos gestores do programa, a nossa equipa interna tem afetação do seu tempo pago pela União Europeia. Nós não pagamos nada. Veja como somos bons gestores e também, como alguém já disse, eu não quero malbaratar o dinheiro de ninguém. Se temos a oportunidade de ir buscar verbas à União Europeia, afetando os nossos recursos humanos mas podendo contratar dois quadros vamos fazê-lo, porque vamos iniciar a segunda fase do processo. O salário anda à volta dos 1.500 euros, que não me parece nenhuma fortuna para quem é técnico superior nesta área. É curioso que tenha falado no andaime de St^a Clara. Quando aqui cheguei disseram-me que tínhamos de fazer a secagem do edifício porque havia ali um erro. Não me pergunte o que isso é porque eu não sou técnico. Sei que tem de estar coberto durante um certo tempo, para não se degradar mais. Nessa altura o andaime foi lá colocado. Curiosamente eu chamei a atenção e perguntei se o andaime era alugado. Não se sabendo quanto tempo é ainda necessária a cobertura, disse que era melhor comprar um andaime e coloca-lo lá. É curioso que eu em tempos tenha falado nisto e vir agora o senhor deputado falar nisto para ficar com a bandeira. Não vai ficar com bandeira nenhuma, porque eu também fico irritado com isto; não gosto de deitar dinheiro fora. Eu quero corrigir aquilo, porque não quero andar sempre a alugar uma coisa que podia ser nossa há já muito tempo.

Quanto à Protermas, eu já disse aqui que depois de termos aberto as termas iríamos entrar num processo de crescimento e de conhecimento, percebendo qual é a melhor forma de gestão e entendo que essa é uma decisão com a qual devemos ter algum cuidado. Ainda há pouco tempo o senhor Presidente da Câmara do Sabugal me perguntava como é que fazíamos a gestão das nossas termas, para fazer igual porque a empresa que lá estava foi-se embora. Neste momento não tenho resposta para lhe dizer qual é o melhor modelo. Eu tenho uma ideia de gestão para aquele espaço, que não é a que vigora neste momento. Temos serviços contratados gerais para a gestão integral que engloba o apoio técnico, os recursos humanos, o quadro clínico, sendo a Protermas que faz essa gestão, que aliás o está a fazer muito bem. Claro que depois no futuro o dinheiro que é pago é-o aos três médicos, à diretora técnica, aos terapeutas e aos auxiliares. Se são muitos ou poucos, não lhe sei responder. O Covid veio alterar tudo mas vamos reabrir no início de julho com todas as regras. Este modelo de gestão vai continuar mais um ano, porque eu não me sinto à vontade para mudar. Também aceito sugestões. Se conhecer um modelo melhor, que não ponha em causa a qualidade dos serviços prestados. Já tive propostas de duas unidades hoteleiras, uma delas de D'Axe, que é uma cidade termal que queria fazer aqui um hotel com a condição de

serem eles a fazer a gestão das termas. Até ver continuamos com o modelo que temos”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Os dados que eu aqui apresentei derivam de um contrato que vi no Base.Gov e não foi numa conversa com ninguém. Isto que fique bem claro, porque não quero que fique aqui nenhum clima de suspeição. Li um valor avultado, para uma estrutura e tive o cuidado de ver desde quando é que essa situação vinha. Vi que vinha desde 2016. Quando o senhor Presidente diz que logo que viu agiu, não foi assim. Logo que viu, este ano agiu. Mas a situação já vem desde 2016. Fico contente por saber que estamos alinhados nessa matéria.

Relativamente às termas, a questão que eu levantei prendeu-se com uma valor que me parece avultado. Gostava de ter conhecimento das receitas, para podermos ter uma ordem de grandeza. Terminei para lhe dizer que era muito importante que fosse feita justiça entre todos os Presidentes de Junta no que diz respeito aos protocolos de ação social escolar. Uns não recebem os 150 euros, enquanto que outros, o tem recebido. É uma questão de justiça”.

Terminado o Período de antes da Ordem do dia, passou-se de imediato ao período destinado às intervenções do público. Como nenhum dos presentes se inscreveu para usar da palavra, passou-se então ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando-se assim cumprimento à Ordem Trabalhos previamente agendada.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Este relatório, que tem muito a ver com o que nós vamos aflorar mais há frente no grande ponto, digamos assim, da ordem de trabalhos. Não vamos aprofundar muito a discussão à sua volta. Contudo queremos deixar duas ou três notas. Acerca deste relatório parcial da execução levada a cabo até agora. Foi-nos entregue agora um documento que poderia ter vindo antes até para analisar o que foi a pandemia e os efeitos do impacto que teve na sociedade, e deixem-me dizer-lhes aqui que este foi um momento difícil para todos e todas as instituições não só públicas como privadas e os cidadãos em geral estiveram muito bem nesta situação e fruto disso foi que até alguns eventos viessem para Portugal, fruto do bom exemplo que demos ao mundo. Espero que assim se mantenha, porque uma décalage neste momento podia ser o fim porque numa economia débil e com impactos negativos, mais débil se torna. Isso foi de encontro àquilo que fomos obrigados a fazer. Este relatório informa-nos que houve alguns eventos que tiveram de ser cancelados e que são muito importantes em termos de dimensão orçamental. Falo do MIMO, falo do rali, entre outras festividades e por isso eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara na sequência de uma reclamação apresentada pela entidade promotora/gestora do MIMO. Nós percebemos a relação, diria até quase pessoal que havia com esta entidade promotora e ficamos também nós estupefactos com essa reclamação. Daí, perguntar ao senhor Presidente da Câmara se nos podia aqui dizer que diligências foram tomadas com essa

entidade para a resolução desse conflito? O que é que podemos esperar em termos de impactos financeiros, porque estamos a falar de uma reclamação que estava a pedir um suporte financeiro pela não realização. As outras atividades que também foram canceladas vão ter iguais procedimentos? Existem mais reclamações? Em resumo: qual a ordem de grandeza em termos de impacto financeiro, sabendo-se da não realização destes eventos? Sabemos também que houve um impacto muito grande na área económica, nomeadamente nas empresas. Algumas das medidas que foram tomadas foram importantes, nomeadamente o lay-off simplificado de que todos podiam beneficiar desde que entrassem nessas condições. Mesmo assim eu posso dizer que o norte esteve muito melhor que o resto do país, onde o impacto não foi tão negativo em termos de desemprego como foi no resto do país. No infograma publicado no JN, vimos que a média de desemprego no norte foi de 38%, sendo que no Algarve foi de 203%, no mesmo período de tempo. No norte, o setor que mais atingido foi pela crise foi o que teve menos impacto no desemprego. Também é substancial essa análise.

Olhei e analisei o relatório de fio a pavio e reparei que a estrutura manteve a mesma dinâmica que tinha. Pergunto se não equacionou novas estratégias, neste caso pelo menos para conter a sangria que foi ao nível do emprego e da atividade empresarial.

Depois o senhor Presidente falou aqui na questão turística. Nós devemos ser um cartaz para o mundo e naturalmente para Portugal. O turismo já não vai ser o que era e naturalmente vamos ter de ter uma atração turística muito forte dentro do próprio país. Se calhar essa estratégia podia também passar por aí. O que é certo, é que eu vi neste período e para além do que vem neste relatório, uma cidade completamente abandonada. É a manutenção que não se faz em estruturas importantíssimas, como por exemplo na ecopista e nas margens do rio. O lixo acumula-se, sendo que aqui a culpa também passa por nós, porque podíamos depositar em melhores condições o lixo. Isso é mau para o turismo e assim não prende cá os poucos turistas que ainda vamos tendo. Gostava de saber se o senhor Presidente da Câmara eventualmente tem a ideia de alocar parte da verba que não vais gastar nos eventos, nestas limpezas que eram mesmo muito importantes.

Quanto aos transportes, sabemos que a informação não chega a todos, nem os transportes chegam a todos. Por exemplo Ólo e Canadelo não tem transportes neste momento. Sabemos que pelo facto de não havendo alunos do 11º e 12º anos para transportar, não houve esses reajustes.

Corroboro das palavras do Hugo Carvalho relativamente às suas palavras relacionadas com os protocolos para o ensino à distância. Sabemos que há freguesias que não tem escolas, mas tem alunos, que não foram apoiados mas também tiveram gastos. Porque não afetar algumas verba a esse tipo de atividades?"

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDNETE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse: "Relativamente a este documento eu queria dizer duas coisas. Primeiro dizer que apesar do grande foco do senhor Presidente da Câmara e de todo o Executivo no combate à pandemia verifica-se através do relatório que não de se confinaram e nem se limitaram à preparação das grandes obras que foram lançadas e lembradas pelo senhor deputado Carlos Carvalho. A cidade precisa muito dessas obras. Não se limitaram a essas obras e preparam também processos para que a partir

de agora a ação da Câmara pudesse ser expandida para as freguesias. Noto com satisfação e é justo que aqui seja dito que a região do Marão não está a ser esquecida e isso é motivo de muita satisfação para mim. Antes de falar propriamente daquilo que diz respeito à minha freguesia eu queria lembrar o processo de licenciamento do loteamento industrial de Aboadela. É uma obra importantíssima para a margem esquerda e para o Marão, daí a minha satisfação”.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente disse: “Há aqui uma questão falada pelo senhor deputado Cândido Zoio relacionada com o ambiente e que também para nós é muito importante, quando antes tinha referido o porquê da necessidade de contratar alguém na área ambiental. Vejam lá a contradição. Na área ambiental, havia aqui muito para fazer e nós, quando assumimos funções tivemos uma fase de aprendizagem no que tinha a ver com processo de limpeza, com os equipamentos etc, e temos vindo paulatinamente a melhorar. Esta semana tive uma notícia com a qual fiquei extremamente contente e que se prende com a questão da recolha dos verdes, com a compostagem, entre outras coisas. Apresentamos uma candidatura, que veio agora aprovada com o valor de 600.000 euros para podermos adquirir um camião com grua só para a recolha dos verdes, caixas para todas as freguesias que servirão de depósito para esses verdes, isto com o sentido de nos podermos equipar. Estamos a adquirir mais dois camiões do lixo, estamos constantemente a renovar os contentores do lixo, até porque agora vai haver diferenciação de cores. Contudo, temos neste processo um problema que é a falta de civismo que continua a existir. As pessoas deitam as coisas pelo monte abaixo e temos de acabar com isso. Estão em marcha uma série de projetos, para que num futuro próximo possamos ser um exemplo a nível nacional, que o vamos ser- Aliás toda a política de ação na área ambiental vai nesse propósito. É lógico que se calhar no futuro vão aparecer outras necessidades, mas pelo menos estas vão ficar supridas. O Dr. Zoio, falou e bem na colocação de papeleiras ao longo de alguns trilhos, mas fui desaconselhado. Fica mais complicado o processo de limpeza e recolha, porque mesmo estando cheios as pessoas continuam a meter para lá lixo. Estamos a fazer alguma pedagogia no sentido de pedir às pessoas que tragam o lixo para um contentor próximo. Isto é um processo gradual e eu acredito que nos próximos anos, Amarante a esse nível poderá ser um grande exemplo a nível nacional. Claro que continua a haver gente a prevaricar e por isso temos de ser todos nós a fazer essa pedagogia.

Relativamente à questão que me colocou relacionada com a área cultural quero dizer-lhe que a entidade que promove o MIMO e depois da saída da lei 7/2020, em que o Governo diz que devia passar para as autarquias esta responsabilidade, coisa com a qual eu não concordo, de que havendo programação devia ser pago pelo menos 50%. Isto foi uma surpresa para todos. Nós estávamos com o processo em andamento para a contratação até para dois anos do festival MIMO. Eu já suspendi a contratação, não contratei, porque com a pandemia não ia haver MIMO. A obrigatoriedade de pagar os 50% era muito complicada. Como não havia programação eu fiquei descansado, mas mesmo assim a promotora disse que alguns artistas que iriam estar presentes, lhe estavam a exigir o pagamento. Eu estava mais ou menos descansado, mas entretanto o Governo vem com outra lei, publicada a 29 de maio, em que já não bastava falar em programação, dizia que tendo-se iniciado o procedimento tem de obrigatoriamente pa-

gar o 50%. Não sei porque é que o Governo fez isto. Sei é que não é correto porque passa o ónus da questão para as autarquias e se calhar a lei quando foi pensada era para resolver meia dúzia de coisas, tipo pequenas festas e espetáculos. Por acaso ainda não tínhamos iniciado qualquer procedimento com pequenos espetáculos, porque senão tínhamos de pagar. Bastava ter iniciado o procedimento. O parecer jurídico que entretanto obtivemos, diz-me que à partida não vou ter de pagar. Os advogados que se entendam, mas não me parece sério ter de pagar para uma coisa que não se fez. Esta situação é proveniente da lei, lei que já era má, mas que com uma segunda publicação ficou pior, porque nos diz que basta iniciar o procedimento para termos de pagar. Se a entidade promotora tem uma lei que a protege, provavelmente vai usá-la. Percebo isso., embora, como já disse acredito que não pagaremos nada, até porque no dia 28 de maio mandei anular todos os procedimentos. É lógico que ao abrigo do processo da contratação pública, todas as despesas que a concorrente teve com o processo terão de ser pagas. Ainda não me apresentou fatura nenhuma.

Relativamente ao dinheiro que não gastamos com todas as outras atividades e que dá uma poupança de cerca de 600.000 euros, quero dizer-lhe que isto ainda não parou e que até ao dia de hoje, com a questão do Covid, já gastamos mais de 350.000 euros. Para garantir serviços mínimos de transportes em julho e agosto, precisamos de 108.000 euros. E depois, não sei o que vai acontecer e nem faço a mínima ideia. As transportadoras não querem fazer os transportes porque não têm receitas associadas, e que tinham a ver com o que faturavam depois de terminadas as aulas. Até final de agosto estou a prever ultrapassar o meio milhão de euros. Depois vamos ter até final do ano e aí não sei qual a parcela do orçamento que vamos ter de alocar. Por isso é que eu neste momento estou muito contido com algumas coisas. Obviamente vai uma haver segunda fase com obras nas freguesias, o que é normal. Entretanto, foram ultrapassadas algumas questões burocráticas e aí o governo esteve muito bem. Aliás dei nota disso à senhora Ministra da Coesão e elogiei o papel que o Governo teve neste orçamento rectificativo com a anulação da lei da proibição dos 20%, porque as autarquias queriam executar o quadro comunitário e não podiam. Neste momento, quando isto for aprovado podemos durante estes dois anos executar os quadros comunitários e as obras que são devidas nos territórios correspondentes. Há contudo outras questões que nos penalizam e que tem a ver com a parte cultural. Por isso é que eu digo que o dinheiro que poupamos não traduz nenhum ganho. Há ainda uma diminuição de receita que ainda não está quantificada e ao mesmo tempo um aumento de despesas em rubricas novas e noutras que aí virão. Portanto entre o deve o e o haver, vamos ficar claramente a perder. Perdemos em termos pessoais porque estamos inibidos de sair e ter uma vida normal, mas também enquanto autarquia vamos perder muito dinheiro. Estamos a ter muitas cautelas, mas vamos ter de gastar muito dinheiro. Vamos ver.”

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Para que fique aqui claro quero dizer que o senhor deputado Hugo Carvalho não estava contra a avença. Estava contra a avença no procedimento da mesma. Se há uma necessidade constante porque é que não se contrata definitivamente? Isto tem a ver com a política de emprego que o PS defende com a criação de contratos fixos e sem termo, para evitar o desemprego. A segunda questão que aqui trago, é que o senhor Presidente não falou do reforço financeiro que houve ou

não houve, para a limpeza dos espaços comuns. Falou dos contentores, mas não referiu valores para a limpeza.”

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente usou de novo a palavra para dizer que: “Vou repetir o que disse ontem a uma senhora cá de Amarante que me inquiriu relativamente à limpeza da ecopista. Perguntei-lhe quanto tempo é que ela esteve fechada em casa ao que me respondeu que foram quase três meses. Pois não foi só a senhora porque os funcionários da Câmara que trabalham nessa área também estiveram e quando recomeçaram o trabalho, foram acudir àquilo que era mais urgente. A ecopista tem vários problemas. A primeira coisa que eu pedi antes de a reabrir e para isso dei mais uma semana para além daquilo que a lei mandava para pôr uma equipa a limpar o lixo. Depois de limpar, a ecopista foi aberta e entretanto iniciou-se a limpeza das bermas da ecopista, sendo que já vão na Chapa, embora sabendo nós que quando chegarem ao fim terão de recomeçar. Há ali um outro problema que se prende com as barreiras laterais, que são de madeira e que entretanto caíram porque apodreceram. Neste momento já começaram a fazer a recuperação do material danificado. Isto é um processo gradual e neste momento para recuperar tudo vai ser muito complicado. Ontem, chamaram-me à atenção de que em muitas freguesias há muita coisa para limpar. Seguramente os senhores Presidentes de Junta também não o fizeram porque certamente não tiveram tempo e pessoal disponível. À beira rio, não temos essa responsabilidade, mas de vez em quando vamos mandando limpar e eu até tenho pedido para atrasar essa limpeza porque estamos a lançar concurso para fazer intervenções à beira rio e nessa altura vai ser feita toda a requalificação. Para o mês que vem irei lançar concurso para o trilho dos castanheiros. No trilho dos castanheiros não era habitual sermos nós a fazer a limpeza. É claro que depois que a Câmara limpou a primeira vez passou a ser quase uma obrigação. Se o arrependimento matasse nunca mais tínhamos tido problemas nem nenhuma crítica. Na altura gastamos ali 20.000 euros porque a beira rio estava muito mal tratada e teve de ser de ser contratada um empresa que fez ali uma boa limpeza. Agora, é verdade que não temos capacidade para ir a todos os lados. Estamos a trabalhar neste momento em processos de recrutamento de modo a constituir uma equipa dedicada à limpeza destes trilhos. Nesta relação com o turismo temos de ter estes trilhos, não só aqui mas também nalgumas freguesias, limpos e utilizáveis. Vamos fazê-lo com equipas novas a contratar, porque as equipas que temos neste momento não chegam e muitos dos elementos que as constituem já tem um estado avançado de idade, muitos estão em casa por causa do Covid, o que faz com que tenhamos uma quebra de pessoal muito acentuada”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “ quero apenas dar um pequeno conselho ao senhor Presidente e dizer-lhe que há medidas que o Governo implementou e bem, uma delas é a medida de reforço à emergência que implica também o apoio social e comunitário, com contratos por três meses que podem ser usados para esta situação crítica.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “ Para que não fique a dúvida, quero dizer que a Rota dos Castanheiros não começou a ser limpa pela Câmara só a partir de 2013. Já o era antes pelo Executivo anterior e isso pode ser comprovado”. Que fique registado que não só a partir desse ano”.

PONTO Nº 2 - PARECER DO ROC SOBRE A CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2019 – PARA CONHECIMENTO

Relativamente a este ponto, apenas usou da palavra, o senhor **DR. PAULO ANJOS** Técnico da empresa revisora oficial de contas – ROC, devidamente autorizado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal que na sua intervenção/esclarecimento disse: “1 - Em cumprimento do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, republicada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, “Anjos & Associados – SROC, Lda.” na qualidade de auditor externo do Município de Amarante apresenta o Relatório da auditoria desenvolvida, bem como parecer sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras, que constituem os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2019.

RELATÓRIO

2. Acompanhamos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade do Município através de contatos com o Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtida junto dos serviços.

Procedemos à verificação da regularidade dos livros, valores patrimoniais, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, por amostragem, através da análise das contas, dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados que lhe estão subjacentes.

3. No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - 3.1. Os documentos de execução orçamental, o balanço, a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras do Município, foram preparados de acordo com as disposições legais, devendo atender-se ao efeito das situações descritas na certificação legal das contas.
 - 3.2. O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade e da situação do Município, evidenciando os aspetos mais significativos, devendo, de igual modo, atender-se ao efeito das situações descritas na certificação legal das contas.
4. Obtivemos declaração do Órgão Executivo, a qual, entre outros elementos e informações, atesta que estão registados todos os ativos e todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.
5. Decorrente da revisão legal das contas do Município emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual deve ser considerada como parte integrante deste relatório e parecer.

PARECER

6. Face ao exposto, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos nos pontos precedentes, considerando o efeito das situações descritas na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Municipal aprove:
- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
 - b) A proposta da aplicação do resultado líquido do exercício contida no Relatório de Gestão.”

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Nas contas, há sempre aquela base inicial; ou estão bem ou estão mal. É importante fazermos a dissecação de alguns pontos que politicamente já falamos há um ano atrás e que agora, com estes dados podemos ver confirmado, ou não, aquilo que nós referimos no passado. Em primeiro lugar quero dar nota da baixa execução principalmente no que diz respeito às despesas de capital, àquelas que verdadeiramente interessam. Se o relatório está constituído para que as despesas estejam nos 85%, o limite mínimo que é permitido, a verdade é que as despesas de capital tem a execução mais baixa que 85%. Há depois um segundo aspeto que me parece muito relevante é o aumento das receitas correntes que passaram em 2016 de 23,7 milhões de euros para 27,5 milhões de euros em 2019. Quero com isto dizer que a Câmara está a ter mais receitas correntes principalmente nos impostos diretos, aqueles que o PS em tempo oportuno demonstrou ao senhor Presidente de Câmara que ele devia ter ido mais além pelo que era a proposta do IRS e a da derrama. Este relatório demonstra bem aquilo que o PS sempre referiu, é que havia essa margem para podermos ir mais além, o que prova que as propostas do PS eram suficientemente razoáveis para terem merecido essa aceitação como provam os mais de 4 milhões de euros de receitas correntes da Câmara Municipal de Amarante em grande medida vindas dos impostos diretos.

No que diz respeito às transferências das despesas de capital para as Juntas de Freguesia e associações, não temos a desagregação contrariamente às despesas correntes entre o que é Juntas, Associações e entidades municipais. Gostaríamos de ter num futuro relatório as despesas de capital fragmentadas e as despesas correntes estão. Era importante para melhor podermos analisar os dados. No que diz respeito às despesas correntes de transferências para estas entidades, as Juntas têm 378.000 euros e as associações 1.570.000 euros. A ordem de grandeza do que é transferido para as Juntas e para as associações é muito diferente e por isso era interessante também ter agregado os dados da despesa de capital.

Reconheço que teve mais cuidado na elaboração deste relatório, no entanto gostaria de apresentar mais alguns dados que são importantes para fazermos aqui uma reflexão que tem a ver com a amortização de empréstimos porque a Câmara gastou em 2019 com amortizações de empréstimos 1.750.000 euros. Começa a ser um va-

lor relevante, significativo no contexto das despesas municipais, numero que tem vindo a crescer. De referir também que há um aumento no endividamento de médio e longo prazo. O PS, tendo por base estas contas, encontrará no futuro argumentário para propor de uma forma mais ambiciosa na redução dos valores do IRS e da Derrama para o concelho. Encontramos aqui a validação suficiente para no próximo orçamento continuarmos com esta proposta”.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Em primeiro lugar, espero que todos estejam bem, assim como, as respetivas famílias. É um gosto revê-los a todos ainda que parcialmente, mas este é também um dos sinais deste tempo verdadeiramente único e excepcional que vivemos.

Expresso aqui os votos para que a normalidade regresse o mais rápido possível, pois, fazendo a analogia entre normalidade e democracia, pode não ser também a normalidade o estado perfeito, mas é sem dúvida o preferível.

Bem, por falar em normalidade, é com bastante normalidade e agrado que analisamos as contas do Município de 2019, contas estas que fazem jus à melhor tradição desta Câmara.

As contas de 2019 têm aspetos muito positivos:

Cumprem com o equilíbrio orçamental que a legislação determina (a receita cobrada bruta é superior à despesa corrente paga e ao valor das amortizações dos empréstimos.

Verifica-se a continuação da política de rigor e eficiência na gestão dos recursos públicos, assumida desde sempre pelo Executivo Municipal, de modo a controlar a despesa pública e a estabilidade das finanças locais, o que permitiu que o endividamento municipal ($15.269.534€ = 14.389.022 € + 880.512 €$ empréstimos excecionados) fosse inferior à média das receitas correntes líquidas dos últimos 3 anos ($24.624.3692€$) e bem abaixo do limite permitido ($1,5 * média das receitas = 1.5 * 24.624.692€ = 36.937.039 €$).

- Evidencia-se uma poupança corrente do exercício no valor de 4,4 milhões de euros, totalmente aplicada no financiamento das despesas de capital, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental e equidade intergeracional.

- O grau de execução orçamental geral das despesas foi de 88,11%, sendo 91,16% nas despesas correntes e 82,76% nas despesas de capital. Por sua vez, o grau de execução geral das receitas foi de 91,60%, sendo 96,35% nas receitas correntes, 73,86% nas receitas de capital e 100,88% nas outras receitas.

Resultado Líquido positivo no valor de 1.334.074,75€.

O ano de 2019 continuou a pautar-se pela afirmação de Amarante no contexto regional e nacional. Prossegue-se todos os dias a missão definida e honram-se os compromissos assumidos com os diferentes *stakeholders*, no intuito da construção de um território mais atrativo para se viver e ser visitado, e objeto de grande investimento, promovendo o desenvolvimento sustentável, com uma estratégia centrada: Gestão Interna, Relacionamento com o Cidadão, Coesão Social, Desenvolvimento Económico e Competitividade e Reabilitação Urbana.

Isto mostra bem a nossa evolução. Mostra que só fomos capazes de ganhar e assinar todas as candidaturas que fizemos no âmbito do quadro comunitário, porque

tivemos a capacidade de garantir o cofinanciamento que as candidaturas comunitárias exigem. Isso só é possível se tivermos as contas em dia.

São muitos os casos em que a vontade é grande, as candidaturas são excelentes, mas depois falta a componente municipal. Aí recorremos aos empréstimos com taxas de juro excelentes e conseguimos sempre o propósito de não perder um cêntimo de candidaturas comunitárias - Recuperação do Cine-Teatro de Amarante”, a “Recuperação do Bairro Cancela de Abreu”, a “Remodelação da EB1 de Lama -Figueiró”, a “Requalificação da EB 2,3 de Amarante”, a “Requalificação da EB1 de Felgueiras - Mancelos”, o “Trilho das Azenhas I” no âmbito da candidatura ao POSEUR designada “Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias”. Mas nunca deixámos de responder às pessoas, às escolas, às IPSS, às Juntas, mas a prioridade é ter as contas em dia e aqui estão.

Ao nível das freguesias, em 2019, para além da concretização de intervenções assumidas pelo município através de meios próprios, apoios financeiros para investimento contratos de execução estabelecidos com as várias freguesias 1,7 milhões de euros e que, globalmente, totalizou 2,2 milhões de euros acrescentando as obras por execução direta?

O município continua a reforçar o seu património com aquisições de terrenos e edifícios considerados estratégicos para o concelho.

A atual pandemia permitiu mostrar a importância da capacidade de reação do município na componente dos testes, do apoio às famílias, da oferta de máscaras, do apoio em equipamento de proteção individual às IPSS. Sem contas certas, isso seria impossível.

O ano de 2020 será um ano de incertezas, face ao aparecimento da pandemia Covid-19 e ao seu combate, mas estou certo que tudo será feito para vencer este obstáculo invisível e contamos com a colaboração de todos os munícipes para ganhar mais esta batalha. De todos e por todos.

Termino, deixando uma mensagem de reconhecimento a todos os dirigentes e trabalhadores do Município, pelo elevado sentido de responsabilidade, zelando pelo que é de todos, com muito profissionalismo e empenho”.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Eu acho que nós vamos passar esta assembleia sem uma referência do PS à dimensão e à relevância, das obras e dos investimentos que estão a decorrer em Amarante, apesar das dificuldades que nesta altura vivemos. É pena, porque se eu estivesse no vosso lado, concerteza que faria esse destaque porque é muita coisa importante e algumas delas há muitos naos faladas. Falo do Cine-teatro, do bairro Cancela de Abreu, remodelação de escolas, Parque do Rossio, Pavilhão da escola de Telões, uma obra da responsabilidade do Governo e que a Câmara assumiu por reconhecer a sua urgência e necessidade, Solar dos Magalhães, Avenida Alexandre Herculano, aquisição de terrenos estratégicos como por exemplo os terrenos do “Matias”, a continuação dos investimentos nas freguesias. Por tudo isto, lamento que não tenha havido aqui uma referência, ainda que pequena por parte do PS. Para executar tudo isto, é evidente que é preciso muito investimento e estamos a falar de vários milhões e por isso é preciso saber gerir de forma rigorosa para a contrapartida municipal.

Quero também destacar a análise rigorosa e coerente do Dr. Jorge Ricardo.

O parecer do senhor auditor, vimos que foi no sentido favorável da aprovação por parte desta assembleia. Antigamente as contas não eram auditadas, mas agora há muito mais controle e como alguém já aqui disse, contas são contas. Como sabem, as contas são trimestralmente controladas pelo Governo através da Direção Geral das Autarquias Locais, sendo que Amarante não tem nem nunca teve, qualquer alerta neste âmbito. Como se viu, o princípio do equilíbrio orçamental é perfeitamente respeitado. Há ainda bastante capacidade de endividamento como se pode ver pelo relatório. Há ainda um conjunto de obras relevantes e necessárias que estão a ser feitas. Por tudo isto, sugiro à nossa bancada que vote a favor com a certeza que reitero que o ano 2019 neste âmbito foi francamente positivo”.

FERNANDO J. MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse: “Vou procurar dar uma breve nota sobre este documento importantíssimo que aqui nos é trazido proposto pelo Executivo. Para quem como nós não tem condições para diariamente acompanhar a vida do município e não acompanhamos a execução técnica do orçamento, nem conferimos os documentos das despesas, precisamos de encontrar suporte, para que com tranquilidade e confiança possamos votar os documentos. Julgo que essa confiança nos é transmitida desde logo pelos documentos físicos que nos são apresentados, pelo relatório de gestão, pela mensagem do senhor Presidente e naturalmente sobre o relatório da auditoria e demonstrações financeiras do Revisor de Contas, ou seja a certificação legal das contas. Este somatório de informação, para quem não executa nem vê os documentos, é importante para que formemos a nossa opinião. Dão-me a tranquilidade suficiente para aqui poder dizer que, sob o ponto de vista técnico legal, a execução durante o ano cumpriu os procedimentos legais. Os mapas que nos são aqui trazidos obedecem à técnica contabilística de acordo com a receita e a despesa. O executivo sob o ponto de vista dos procedimentos legais em meu entender cumpre e desde logo dá-me alguma satisfação para poder votar os documentos. Uma coisa que não posso deixar de lembrar tem a ver com a questão dos resultados do exercício. Nós andamos aqui dois ou três anos a compor os nossos orçamentos com resultados transitados, quando no exercício tínhamos uma despesa superior à receita. Este orçamento que não foge substancialmente àquilo que era o previsto e à ambição retratada no Plano de Atividades é acima de tudo um orçamento que não deixa de estar presente nas circunstâncias e nos momentos e de dar satisfação à ambição que estava espelhada no plano de atividades e mesmo assim ainda consegue ter resultados de exercício positivos. Também concordo com a proposta que é feita para a aplicação dos resultados do exercício, tendo em conta as percentagens obrigatórias para as reservas legais e depois as percentagens que estão também propostas para os anos seguintes. Quero dizer ainda que o relatório de gestão diz-nos quais as importantes obras que estão a ser feitas e que tem duas vantagens a ter em consideração. É o aumento patrimonial. O município de Amarante faz endividamento, faz obras, mas ao mesmo tempo está a aumentar o património, o que ajuda a compor os níveis de endividamento no futuro e também a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Já aqui foi dito e eu não o posso deixar de referir novamente que é a recuperação do edifício do Cine-teatro, a recuperação do bairro Cancela de Abreu, a remodelação de EB 1 de Lama em Figueiró, o Trilho das Azenhas

etc, etc. Algum do endividamento resulta da valorização do património, muito dele adquirido com fundos comunitários, mas também com fundos próprios. Este facto no momento merece apreciação positiva. O que precisamos é que o município um dia nos diga é como é que vamos gerir a despesa que resulta do investimento que agora estamos a fazer. Já aqui foi hoje questionada a despesa com as termas, mas há outras despesas que no futuro podem surgir, fruto do investimento que se está a fazer. Acredito sinceramente que o senhor Presidente e o seu executivo não estão indiferentes a esta realidade que em meu entender pode crescer até com as transferências de algumas competências para o município. Desde logo, com os recursos humanos porque é preciso recrutar bem técnicos superiores, mais caros, mas que valorizam a qualidade dos recursos humanos e provavelmente o município no futuro pode vir a estar confrontado com o aumento da despesa corrente através da contratação de novos recursos humanos. Quando aqui se fala de receitas de capital e aquelas que são receitas próprias do município, se calhar vai ser preciso pensar no futuro, em formas de aumentar a sua receita para poder fazer face a alguma despesa, porque ela também é direcionada para melhorar a qualidade de vida dos amarantinos. Se os amarantinos também tiverem de participar no aumento da receita própria do município beneficiando com isso pela qualidade dos serviços e pela oferta, parece-me fácil de compreendermos o aumento das receitas próprias. O relatório e os mapas que nos são apresentados dizem-nos que nós ficamos próximos do que tínhamos previsto em termos de execução ao nível da despesa e ao nível da receita. A receita superior à despesa, ainda que um bocadinho aquém do que estava previsto, mas pela leitura dos documentos facilmente percebemos e compreendemos as razões que suportam este ligeiro desvio em relação ao que estava previsto e ao que entretanto foi executado. Não posso deixar de referir de novo que há aqui uma percentagem substancial da despesa corrente no orçamento que em meu entender deve ser ponderada pelo Executivo em termos de futuro porque ficamos com poucos meios libertos para novas obras, para novos investimentos e isso pode estrangular a ambição política constantemente traduzida, pelo Executivo com a qual eu concordo. Um número que eu não posso aqui deixar de manifestar, são as receitas provenientes do IMI que estão próximas do que estava previsto, bem como a receita da derrama, que foi em tempos objeto de alguma crítica, mas o senhor Presidente sempre deu aqui garantias de que a receita proveniente da derrama seria para investimento em infraestruturas que possibilitassem a instalação de novas indústrias e de novas empresas. Eu estou em crer que podemos considera como útil, neste momento, esta receita que em orçamentos anteriores não tínhamos pela aquisição de alguns terrenos onde futuramente serão instaladas algumas empresas. Há aqui um bypass entre a receita de uma rubrica que no passado questionamos, mas que agora me parece corresponder percentualmente ao investimento que está a ser feito em infraestruturas para podermos projetar a economia em termos de futuro. Verifico com agrado que há uma poupança corrente do município de cerca de 4.000.000 de euros que deve se considerada como um fator positivo da gestão do ano económico de 2019. Por mim, estou em condições de poder votar favoravelmente o relatório e a constas do exercício de 2019.”

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse: “Quero dizer, relativamente a este ponto que quando uma entidade pública consegue executar o seu orçamento e no final ter um resultado

líquido positivo, é um motivo de regozijo e é a também a prova de uma boa gestão. O parecer do técnico oficial de contas diz-nos que devemos votar favoravelmente as contas. Eu, como independente, estou convencido que o meu voto deve também ser favorável”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente disse: “Temos vivido nos últimos anos uma conjuntura em que há um quadro comunitário que temos aproveitado ao máximo. Nem sempre as coisas funcionam como queremos e por vezes há atrasos que levam a que as contas se alterem. Por exemplo, o Cine-teatro já não vai ser entregue em dezembro, mas sim em Abril do próximo ano. Por isso, há 1.300.000 euros que transitam para o ano que vem. Para o Pavilhão há um valor de 500.000 euros que estavam no orçamento deste ano e que vão transitar já para o ano que vem. O processo do Solar dos Magalhães só agora é que vai para o Tribunal de Contas, mas mesmo assim espero começar a obra dentro de um mês ou dois. O que tínhamos perspectivado em termos de despesa para o ano acaba, às vezes, por transitar. Daí que os orçamentos apresentem uma execução mais baixa.

Relativamente às intervenções que até agora foram feitas, há a necessidade de falar um pouco daquilo que será, o presente e o futuro relativamente às obras. Primeiro dizer-vos o que está feito e em execução. No mês de julho iremos avançar com alguns concursos das obras maiores das Juntas, mas daquelas que estão agora em curso, como por exemplo o Bairro Cancela de Abreu, no valor de 3.300.000 euros, Cine-teatro 5.086.000 euros, Azenhas primeira fase, 445.000 euros, Avenida Alexandre Herculano 461.000 euros, Pavilhão EB2/3, 1.050.000 euros e já esmos a falar de 10.350.000 euros. Estamos a concluir a escola de Mancelos 912.000 euros, escola de Figueiró 897.000 euros. Em contratação e com propostas já abertas temos o Parque Multifuncional do Rossio com uma verba de 1.262.000 euros, Azenhas fase 2 que é a parte que vai até à partilha com o Marco, com um valor de 1.406.000 euros, o Solar dos Magalhães com um valor de 2.791.000 euros. Obras lançadas, agora, temos: o elevador de acesso vertical na rua Cândido dos Reis no valor de 451.000 euros, a rotunda do Colégio no valor de 312.000 euros, o arranjo exterior do Bairro da Chentuada com um valor de 234.000 euros e só aqui estamos a falar de um milhão de euros. Estamos a falar de 18.620.000 euros. Claro que destas obras que estavam programadas ou em execução, é claro que algumas delas, mais mês menos mês, seguramente para mais, algumas irão passar para o ano que vem. Além disto, temos mais uma série de obras que estamos a preparar para poder lançar. Para o ano, vamos ter condições, com a alteração à lei, que há pouco referi, para poder lançar já este ano algumas obras nas freguesias, cumprindo com tudo aquilo que era o nosso propósito.

Além disto, uma autarquia que tenha capacidade de fazer projetos e os tenha em carteira, pode sempre submeter candidaturas para os poder ver financiados, porque há momentos nos quadros comunitários, principalmente quando tendem para a parte final que nós podemos aproveitar. Por exemplo, destas obras todas que neste momento estão em execução, que tem empréstimo associado e que têm a ver com reabilitação urbana, tem a nível nacional uma verba de mil e sessenta milhões de euros que ainda não foram executados, o que quer dizer que há 70% de obra de reabilitação urbana que ainda não foi executada, sendo que só 30% é que foi executado. O Governo

e bem, no mês de julho vai pegar nas Câmaras que não executaram reabilitação urbana e vai retirar esse dinheiro e distribuir pelas Câmaras que avançaram. A Câmara de Amarante vai ter sorte porque ir buscar cerca de dois milhões de euros e segundo o que disse a senhora Ministra da Coesão, como não vão conseguir gastar todo o dinheiro, num segundo round pode ir até aos 100%, o que para nós é excelente, caso isso se venha a verificar. Acredito que sim. Isto vai dar hipótese de fazer com que as Câmaras que tenham projetos aprovados os possam lançar a concurso. Neste momento Amarante já tem alguns projetos em carteira prontos. Nós em quinze dias podemos avançar com projetos novos, que neste momento temos em carteira, assim como já temos em carteira todos os projetos ou grande parte deles para as Juntas de Freguesia. A nossa programação é de que a qualquer momento, havendo condições, podemos avançar. Depois, para além disto tudo, há outros trabalhos paralelos que estamos a fazer que vão ser importantes e estruturantes para a mudança de Amarante. Falo da zona industrial do Marão, que pode ser a mudança de paradigma de Amarante a nível industrial. Se acontecer o que estamos a prever aquela zona será muito importante não só a nível local como a nível nacional. Para isso tem de haver projetos, tem de haver compra de terrenos, tem de haver estudos de impacto ambiental, uma série de procedimentos que demoram. Neste momento estamos já a pensar comprar terrenos noutras zonas do território. Começamos por esta, no Marão porque tem potencial para poder albergar empresas da área tecnológica. Isto vai dar resposta a toda a lógica de funcionamento articulado de todo o concelho. Quando nós estamos a investir como estamos na área ambiental, trabalhando cursos de água, trilhos, qualidade de vida e recuperação de património, vamos permitir que dessa foram as pessoas tenham vontade de vir para cá. Iremos lançar uma série de alterações, até porque nós queremos tentar que os privados invistam na construção e na habitação, porque tudo isto tem de ser consequente. Isto não é feito num ano. Estamos a falar de projetos que se vão esticar para além do meu exercício. Quando tudo isto estiver pronto a funcionar, tudo trabalha. Trabalha o comércio, trabalha a indústria, vai haver emprego e receptividade para acolhera mais pessoas porque há equipamento, há qualidade de vida, há infraestruturas e assim seremos competitivos. Eu não estou a romancear. Estou a dizer aquilo que sinto e penso relativamente a Amarante. Isto não tem partidos e apenas depende da vontade de cada um de nós e de poder contribuir para o bem coletivo. Agora, há riscos que se correm. Eu corri riscos quando pensei nesta forma de fazer projetos para depois poder fazer candidaturas, podendo alguns nunca poder sair da gaveta. Neste momento já temos projetos no valor de 19.000.000 de euros em execução e muitos mais vão acontecer porque isto ainda não acabou.

A questão da sustentabilidade e ainda há pouco se falou aqui das termas, quero dizer-lhes que é um equipamento que não é sustentável, mas acredito que ainda o vai ser. Para isso, precisamos de preparar as coisa por forma a que eu possa vir a crescer e possa vir a ser sustentável direcionando os investimentos e a forma que nós queremos para as tornar mais atrativas e exequíveis em termos de gestão. Por isso, é que não estou preocupado, em termos de futuro relativamente a alguns equipamentos. Por exemplo, o Cine-teatro, vai ter de ser apoiado nos primeiros anos com verbas nos orçamentos destinadas à cultura. Para isso, temos de implementar normas desde o primeiro dia, criando desde logo uma bilheteira. As pessoas provavelmente não irão pagar a totalidade dos espetáculos, mas isso será uma conversa que iremos ter no futuro. Is-

to fará parte daquele ingrediente que ajuda que outros equipamentos, outros processos possam vir agarrados a este. Esta é uma lógica que importa ter porque as cidades são isto. São mais competitivas quando temos mais gente qualificada e por isso temos de tentar criar emprego qualificado, embora haja coisas que saem fora daquilo que é a vontade de qualquer Câmara, mas também temos de dar sinais para que isso possa acontecer. Por isso, eu estou muito satisfeito porque apesar de tudo acho que estamos a fazer e bem, sujeitos a críticas pontuais, e prova disto é o que este orçamento prova. Estamos a fazer muito na questão ambiental, prova que conseguimos fazê-lo. Claro que temos de ter a ajuda de alguém, neste caso dos quadros comunitários, mantendo a estabilidade em termos de contas e acreditando que muito mais vamos conseguir fazer para que o nosso município seja aquilo que todos nós queremos que ele seja”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Das intervenções que até agora fez, esta é daquelas que até agora mais pontos tem em que eu posso concordar consigo. Acho que está a fazer progressos. O primeiro ponto em que concordei consigo é que estive todo este tempo a falar de projetos para o futuro, o que quer dizer que executou pouco em 2019 porque é isso que nos diz o relatório que estamos aqui a analisar. O senhor Presidente falou de investimentos para o futuro e por isso estamos de acordo com aquilo que já dissemos porque dizemos que o senhor Presidente executa pouco. Em segundo lugar também concordo num outro aspeto, quando estava a referir-se à zona industrial de Aboadela e ao estudo do impacto ambiental, reconhecendo que estas coisas demoram tempo. Estamos de acordo. O senhor Presidente é que dizia no passado que as coisas demoravam muito, mas afinal fruto dos anos que leva como Presidente começa a perceber que efetivamente há coisas que demoram tempo. Há um terceiro aspeto em que voltamos a concordar que é facto de já reconhecer as virtudes de um final de um quadro comunitário. Em 2013, tinha um discurso, mas agora já reconhece a virtude de ter obra feita, de ter obra em execução para depois poder absorver os fundos no final do quadro comunitário. Contudo, não é uma boa notícia para o país, aumentarmos a participação até 100% dos investimentos municipais. É uma boa notícia para Amarante, mas não é uma boa notícia para o país, porque o efeito multiplicativo que nós teríamos mais investimento e mais dinheiro na economia, efetivamente não se cumpre e nós não estamos a conseguir executar quadros comunitários. O senhor Presidente disse que eventualmente poderia e pode, e vai acontecer isso, porque infelizmente o país não vai ter capacidade para executar o quadro comunitário e quem tinha obras candidatas vai aumentar a percentagem de participação eu queria perguntar-lhe, se quando aqui se discutiu a marca Amarante e o senhor Presidente disse que o custo para o município era apenas aquele que o município pagou, quero pergunta-lhe se depois em período de campanha eleitoral vai dizer que o Trilho da Azenhas é uma obra 100% do Governo, que a requalificação do bairro Cancela de Abreu é uma obra 100% do Governo, isto só para saber se também estamos alinhados nesse discurso.

Para terminar quero referir-me à intervenção do CDS/PP que era necessário criar novas fontes de financiamento, só se nós estivermos desatentos porque tem havido muitas novas taxas em Amarante, como seja a derrama, novos valores para a recolha dos resíduos sólidos e há mais receita de IMI porque a proposta da Câmara Municipal que foi votada de vencido de fazer a diferenciação pela densidade rural ou não das fre-

guesias é muito menos ampla do que a proposta do IMI familiar que estava em vigor no município de Amarante”.

ANTÓNIO ARAÚJO - PSD

No uso da palavra disse: “Quero só dizer ao senhor deputado que há coisas que demoram tempo, mas não demoram 24 anos. E depois para dizer que o senhor Presidente da Câmara sempre falou em ter projetos prontos para poder executar logo que tivesse capacidade de financiamento. Sempre Falou nisso mesmo quando estava na oposição. E depois, as obras que são do Governo, são do Governo, as que não são, não são, e o facto é que a Câmara está a assumir obras que deviam ser do Governo, como por exemplo o Pavilhão de Telões. Tomáramos nós que o Governo fizesse aqui as obras, ou que pelo menos não as atrasasse. Eu estou para ver e ainda hei-de averiguar porque é que há obras paradas, pendentes de pareceres de entidades governamentais e por isso não avançam. Eu próprio vou averiguar isso. Porque é que em obras para Amarante os pareceres demoram dois anos? As tarifas da RSU foram aumentadas por imposição legal. Eu sou contra. Nesta conjuntura e com a situação que no momento estamos a viver, a ajuda europeia devia servir para as baixar. O senhor deputado devia ter falado no aumento das tarifas das águas que todos sentimos na pele. O aumento escandaloso do preço da água. Espero que esta ajuda europeia venha também servir para baixar todas essas tarifas”.

FERNANDO J. MOURA E SILVA – CDS/PP

Usou de novo a palavra para dizer: “Eu gosto do debate político e as questões colocadas mesmo sendo em algumas ocasiões de forma provocadora, dão sempre a possibilidade ao outro de poder clarificar aquilo que aparentemente possa não ter sido tão claro quanto se pretendia. O maior exemplo de cobrança de impostos é de facto o Governo e em muitas ocasiões fá-lo bem. Noutras não foi tão longe quanto até alguns dos seus parceiros o queriam, lembro por exemplo o aumento do IMI para quem tinha casas com varandas ou janelas viradas para o sol. Esse é um dos exemplos que é público. Mas não vamos falar disso. Eu concordo que se manifeste quem está mais do lado do Governo, quer quem executa do lado do município, manifeste com clareza a proveniência das receitas porque isso é transparência e toda a gente beneficia com isso. Eu não sou a favor do aumento sistemático e acéfalo dos impostos. Eu sou adepto do contrário. Não quero o modelo do Mónaco porque não temos o estado social, nem podemos ter o regime que ali se vive. Agora, eu acredito que se as pessoas tiverem mais dinheiro no bolso conseguem geri-lo bem. Muitas vezes o Executivo tem de fazer face a despesas extraordinárias que não contava para ajudar os mais necessitados ou aqueles que precisam. Se o dinheiro proveniente do IRS ou do IMI e todos sabem a diferença entre o que estava previsto no plano e aquilo que acabou por se concretizar em orçamento, mas se mesmo assim esse valor é muito inferior àquele que já este ano o município teve que investir com os apoios sociais relacionados com o Covid, eu acho que a gestão global de benefício para os que mais necessitam justifica plenamente que a opção por manter as taxas de IMI ou IRS tivessem sido aquelas que votamos aquando da discussão do Plano e Orçamento”.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Os 19.000.000 de euros que anteriormente referi são do presente. Não são do passado nem do futuro. Do futuro tenho muito mais para apresentar. A segunda nota é que as obras são do município, hoje, amanhã e depois de amanhã. Não são do governo, embora o gestor dos fundos comunitários seja o Governo. O município apresenta projetos, faz obras e executa. Depois, faz o favor ao Governo de executar aquilo que ele não tem capacidade. Até ao próximo dia 30, tenho uma candidatura a submeter relacionada com a área da saúde, no valor de meio milhão de euros, para fazer uma unidade de saúde familiar em que o edifício é nosso, mas vai ser cedido à saúde, a contrapartida é nossa e vai ser paga pelo município, o mobiliário somos nós que o colocamos e ontem recebi um email a dizer que também queriam os equipamentos médicos. Eu disse não porque entendi que parece estar a gozar connosco. O equipamento já existe, por isso tragam-no de um Centro de Saúde para outro. Quando eu executar e inaugura aquela obra eu vou dizer que a obra é do município e não do governo. Eu sei que o senhor deputado Hugo tem algum traquejo nisto e que fazem e gosta muito de dizer que fazem obra com o dinheiro dos outros lá em baixo em Lisboa. Mas aqui é com o nosso dinheiro. Eu fui buscar overbooking para obra realizada que não tinha tido candidaturas. Agora vou buscar ao overbooking, para financiar até 100% de obras que eu já fiz. Eu faço candidaturas para tudo. É para os carros do lixo, é para pagar a marca Amarante, é para tudo o que seja possível. Veja que agora está tudo a contratar a mesma equipa. É o turismo, é a CIM. Veja que gostaram tanto do trabalho feito por Amarante que agora toda agente quer replicar. Isto para lhe dizer que eu quando falo do aproveitamento já o faço há muitos anos. Para o ano se estivermos os dois em campanha eu vou dizer-lhe que todas estas obras são do município, pagas por Amarante e pelos Amarantinos. Há quem esteja mais atento e queira fazer com que Amarante se equilibre e possa até crescer um pouco mais e por isso, a sua última intervenção, não foi tão feliz como o senhor acha que foi, porque as obras são do município, as obras deste ano, muitas delas transitadas do ano anterior, e no final vamos aproveitar o overbooking porque essa é uma obrigação de qualquer executivo, mas para isso, é preciso projetos que é preciso ter e nós vamos tê-los”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Eu continuo a achar que o senhor Presidente pode ser mais claro. Eu não tenho dúvidas nenhuma que quando há uma obra em Amarante, essa obra é sempre paga pelos Amarantinos, pelos portugueses. Temos é de ser coerentes. Se o senhor diz que houve um investimento de 5.000.000 de euros no Cine-teatro, mas quando também diz que houve um investimento na imagem, e a seguir diz que *“para o município só custou x”*. É evidente que todas são para Amarante e isso é que importa e faço muito gosto que Amarante tenha sempre investimento e espero que haja sempre capacidade de o poder executar. Agora, temos é de ter cuidado no discurso político que é sermos coerentes. Sabermos que é possível fazermos este tipo de investimentos porque há um financiamento muito grande associado e admiti-lo em todas as medidas. É evidente que uma obra que custa 5.000.000 de euros, custa 5.000.000 de euros, assim como para uma marca que custa 230.000 euros deve dizer-se que é esse o valor, porque é esse o dinheiro que se paga. Mas se o Presidente de Câmara, quando dá declarações ao jornal gosta de dizer que a obra *“só fica por isto”*, tenha a bondade de nas restantes dizer o mesmo. É a única coisa em que divergimos.

Relativamente ao que aqui falamos, todos andamos aqui à tempo suficiente para saber que no final do quadro comunitário há sempre dinheiro disponível para aumentar as taxas de comparticipação e para incluir até coisas que se fosse numa candidatura em fase inicial não era aceite. Compete ao município num ato de gestão aproveitar as oportunidades que possam vir. E foi isso que o Executivo fez em 2013, aproveitando o final do quadro comunitário, e é isso, que se espera neste momento. Não está aqui nenhuma visão diferente. É aproveitar os finais do quadro comunitário para aproveitar a comparticipação daquilo que foi fazendo”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “ Chega a uma altura e perdoem-me a expressão de nos deixarmos de lengalenga. Quando vimos aqui dizer que só se faz investimento porque há fontes de financiamento que o permitem fazer, devíamos era ficar satisfeitos por isso. Também não podemos estar com um martelo na mão e achar que tudo é prego, como diz um amigo meu que deve estar por aí. O que se está aqui a passar agora parece que Amarante vai fazendo umas obritas porque tem financiamento europeu, porque se assim não fosse ninguém fazia nada. A minha questão é que se a gestão é feita de forma inteligente e para aproveitar as oportunidades, o financiamento europeu existe e se nós fazemos parte de uma União Europeia que tem estes programas, devemos aproveitá-los procurando um equilíbrio numa lógica de convergência europeia. Ora, tolo é quem passa anos sem fazer obras, achando que tem dinheiro para as fazer e não aproveita o investimento que tem para as fazer. Isto aplica-se a tudo. Aplica-se aos municípios, aplica-se às empresas e aplica-se ao Governo Central. Quantas obras faz o Governo recorrendo ao financiamento europeu? Também diz que as obras são da europa? Não vale tudo. Não podemos menosprezar aquilo que é gestão, porque se queremos entrar por aí vamos então referir isso. Quando chegamos cá, em 2013, após as eleições autárquicas o que aconteceu é que havia uma oportunidade de overbooking e foi-se fazer aquilo que já se devia ter feito antes. Se existe financiamento e essa possibilidade, tolo é quem não aproveita. Temos é de nos deixar de aproveitar qualquer coisa que sirva para bater em quem está a gerir”.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra:** 0(zero), **Abstenções:** 14, **Votos a favor:** 29.

Este ponto foi ainda aprovado em **MINUTA**, para poder produzir efeitos imediatos, tendo esta obtido a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO DAS GOP’S 2020, REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL

Como nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em Minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA IIª REVISÃO ORÇAMENTAL DO ANO 2020

Relativamente a este ponto inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “ Por ter sido feito até 2013, aquilo que tinha de ser feito é que se conseguiu fazer aquilo que se tinha de fazer em 2013, que era pedir fundos comunitários, porque se as obras não estivessem executadas, feitas e pagas não se poderiam candidatar a fundos comunitários. É só uma parte que queria reforçar.

Obviamente que nesta revisão orçamental o PS vai votar contra e vai votar contra porque o senhor Presidente da Câmara voltou a perder a oportunidade daquilo que não tinha feito no orçamento que era corrigir o que deveria ser corrigido. Os comentários que nós fizemos em 2019 aquando da votação do orçamento mantemos agora, porque continua a não haver diálogo com os senhores Presidentes de Junta, porque são eles que efetivamente sabem o que é que é necessário para as freguesias, chegando ao ridículo de propor a retirada de obras que já estavam executadas. Esta é mais uma revisão que não é revisão atendendo até que os montantes que nós vemos cancelados nalgumas rubricas por via daquilo que dissemos e está mais que claro podiam ser alocadas a outro reforço, contribuindo dessa forma para aumentar as verbas para outras obras importantes para as freguesias, mas também nas pequenas coisas como seja as limpezas. A crítica que fizemos no orçamento e é a crítica que mantemos agora. Para mantermos essa crítica e também por ela ser coincidente com aquilo que votamos no orçamento, vamos manter o nosso voto contra à espera que o senhor Presidente, embora não venha na ata escrito aquilo que ele disse, mas que o senhor membro da Assembleia Hugo Carvalho referiu quando disse, e bem, que o senhor Presidente afirmou, relativamente às Juntas que “*não querem obra não faço obra*”, esperamos que faça as obras que as Juntas de Freguesia querem”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Isto é uma revisão orçamental. Eu admito a coerência da bancada do PS votar agora da mesma forma que votaram aquando do orçamento, nem é isso que me incomoda. Agora, é bom que saibam que há fundos comunitários há muitos anos e até me lembro do quadro comunitário de 2007 a 2013, o QREN. A estratégia é que mudou. Passou do malbaratar para o aproveitar. Isto é um facto. Por isso, vamos votar a favor”.

ESTEFÂNIO PINTO - PSD

No uso da palavra disse: “No seguimento da intervenção do deputado Cândido Zoio fiquei com uma dúvida. Afinal as obras que estão no orçamento eram as obras que os Presidentes da Junta queriam ou não eram as obras que os Presidentes da Junta queriam? É que fiquei com essa dúvida.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “vamos ver se esclarecemos o seguinte – esta Assembleia está a decorrer agora, mas é a Assembleia que devia ter decorrido no período anterior onde é feita a incorporação do saldo que pode reforçar o orçamento. Estamos a fazê-la agora, mas podia ter sido mais cedo. É nesta Assembleia em que o senhor Pre-

sidente da Câmara em repetidos momentos disse *“mediante os saldos transitados lá para abril quando reunir com os senhores Presidentes de Junta, nós podemos incluir aqui mais qualquer coisinha. É esse que normalmente tem sido o discurso. Portanto, senhor deputado Estefânio, aquilo que era legítimo neste momento é que o senhor Presidente de Câmara invertesse algumas das coisas que no orçamento não fez tão bem, inclusivamente podia até haver uma reforma de fundo maior. Aquilo que era relevante neste momento era perceber porque é que os senhores Presidentes de Câmara nesta fase não falou com os senhores Presidentes de Junta para ver o que é que era possível fazer ou não. O orçamento incluía obras que agora são retiradas e nem sequer é perguntado aos senhores Presidentes de Junta se serão substituídas por outras. Nós fazemos uma Assembleia Municipal que tem este ponto específico da incorporação dos saldos sem que haja mais uma vez diálogo institucional com aqueles que também foram eleitos democraticamente e que tem também uma palavra a dizer em todo este processo. Em coerência o Partido Socialista irá manter a mesma linha do orçamento porque não se alterou nada de significativo e como tal votaremos contra”*.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse: “relativamente a este ponto, há pouco para dizer a não ser a incorporação dos saldos de gerência incluindo a parte da educação mais o empréstimo de curto prazo e incluir duas rubricas de duas Juntas; a de Ôlo/Canadelo, abrindo para isso a rubrica para se poder dar início à obra e outra que tem a ver com a freguesia de Gondar que também foi um compromisso que eu na altura tinha como senhor Presidente da Junta. De resto, eu com as Juntas já tinha conversa feita. Vou falar de novo com os senhores Presidentes de Junta, para com eles fechar já o ano 2021, para ainda este ano, em setembro se tudo correr bem, poder levar aquilo que for necessário para o ano 2021. Com esta revisão eu não tinha que falar com os Presidentes de Junta. Aliás eles já disseram o que achavam relativamente ao orçamento e por isso eu não tenho que estar aqui agora a agradar-lhes ou eles a mim. Vou cumprir os compromissos que assumi e estar a falar em mais obras este ano, não fazia sequer sentido. Nós temos que ser consequentes e ter um discurso de verdade. Agora vir para aqui dizer que tenho de chamar os Presidentes e corrigir, mas corrigir o quê. Vocês foram contra o orçamento, então são consequentes. Agora, eu vou corrigir o quê? Quem quis falar comigo falou. Não vamos andar aqui a fazer de conta. Isto de andar a fazer de conta é que não. Fica-vos bem vir para aqui dizer essas coisas, mas andar aqui a fazer de conta é que não, até porque já disseram que iam votar contra. Santa paciência”.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 16, Abstencões: 0 (zero), Votos a favor: 29.**

Este ponto foi ainda aprovado em **MINUTA**, para poder produzir efeitos imediatos, tendo esta obtido a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS:

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DE AMARANTE, INCLUINDO PROJETO E RECUPERAÇÃO DO SOLAR DOS MAGALHÃES

Como nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em Minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

O senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO** pediu a palavra para dizer que o sentido de voto nos pontos que se seguem na ordem de trabalhos é igual ao do PSD, exceto no número 9 e por isso propôs que se juntassem e votassem todos os pontos do 7 ao 12 exceto o 9, onde o PS se vai abster.

Perante estas palavras, e uma vez que ninguém se inscreveu para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação em simultâneo os pontos números 7, 8, 10, 11 e 12 da Ordem de Trabalhos, tendo sido apurada a votação por **UNANIMIDADE**. Foram também aprovados em Minuta, por **UNANIMIDADE**, para poderem produzir efeitos imediatos.

Assim, discutiu-se de seguida o ponto número 9 da Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E PROVIMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS – DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, PROJETO E GESTÃO DO TERRITÓRIO E DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO)

Como nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0, Absenções: 18, Votos a favor: 29.**

Este ponto foi ainda aprovado em **MINUTA**, para poder produzir efeitos imediatos, tendo esta obtido a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 13 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS CONTRATOS DE PARCERIA E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS DA REGIÃO DO NOROESTE

Inscreveu-se para usar da palavra os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Eu pedi mesmo para ser o primeiro porque assim ficam reunidas as condições para terminarmos mais rápido e podermos acabar mais depressa os trabalhos. Reconheço que o senhor Presidente teria de trazer esta proposta à Assembleia mas esta em específico por razões políticas. Nesta proposta o que me parece que não é visado e daí julgo que era pertinente que o senhor Presidente da Câmara tivesse alguma palavra com os municípios, os oito municípios em causa, neste caso sete, é que havendo uma minuta comum de todos, parece-me que o senhor Presidente da Câmara, deveria ter comunicado previamente aos senhores Presidentes de Câmara que não iria concordar com a minuta para tentarem entre eles de forma a conseguirem um texto comum que pudesse vir a todas as Assembleias e forma igual. Por aquilo que eu depreendi e o senhor Presidente corrija-me se eu estiver enganado o di-

ploma terá de ser aprovado em todas as oito Assembleias Municipais e o mesmo texto. Vamos validar a proposta que o senhor Presidente da Câmara aqui apresenta. Os outros sete municípios vão levar às suas Assembleias Municipais outra proposta. Vamos chegar ao fim e as outras Assembleias Municipais vão ter de validar a proposta do município de Amarante. Neste ponto o senhor Presidente está mandatado para fazer a gestão que considera mais adequada e portanto o PS apoiará a decisão que em reunião de Câmara foi pelos nossos Vereadores votada favoravelmente”.

INÊS MARINHO BATISTA – PSD

No uso da palavra disse: “O grupo Municipal do PSD vai votar a favor e congratula a Câmara Municipal de Amarante pelo facto de ter votado por unanimidade a proposta que hoje aqui será votada”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “A senhora deputada Inês Batista já disse o essencial, mas eu, face à intervenção do senhor deputado Hugo Carvalho quero dizer que este assunto podia e devia ser tecnicamente melhor analisado. Queria felicitar a Câmara pelo consenso que conseguiu obter porque o que estava aqui em causa a retirada de poderes a esta Assembleia Municipal e penso que ninguém quer isso. Para além das consequências que há relativamente a vários pontos como por exemplo o alargamento do prazo da pareceria que vai até 2060 e ainda está a ser proposto ir até 2064, o que não faz sentido nenhum porque já são 50 anos. Há também aspetos das garantias de imparcialidade quanto à comissão de parceria, podendo ser nomeadas pessoas que exerçam atividade no setor, o que não me parece muito curial. Há também a previsão de baixar as taxas de remunerações nomeadamente dos municípios de cinco para três pontos. Se isso se refletisse por exemplo na redução de tarifas seria importante, mas não. É só por causa do investimento. Nesta altura temos sobretudo de pensar em reduzir tarifas de água face ao valor que elas têm. Há também em termos de fundos estruturais a restrição de um direito que já existe a favor dos municípios atualmente de se candidatarem a investimentos elegíveis e que passavam a ser possíveis pela entidade gestora. Isto para falar só em pontos essenciais relativamente aos quais não devemos aceitar esta proposta. E depois também, segundo se diz, isto é baseado no estudo de viabilidade económico financeira feita porém antes da atual situação de pandemia. Em meu entender a proposta está desatualizada face a toda esta situação que se passou. E até porque não teve, mas vai ter de ter em conta, o programa de ajuda da União Europeia que terá em meu entender de incidir sobre este setor das tarifas de água, numa situação de dificuldades óbvia em Portugal e em toda a Europa. Face a isto tudo, a Câmara trouxe a esta assembleia este assunto, com base num parecer jurídico. Quanto à metodologia, os outros municípios provavelmente vão votar a favor, mas a Câmara de Amarante, tem o direito de votar contra. Se isso inviabilizar a parceria e por isso é que está na nossa declaração, dito que somos contra estas alterações e que se por acaso isso inviabilizar a parceria, que não inviabiliza, por isso é que eu acho que estas alterações são inoportunas. Poderão vir a ser oportunas noutra ocasião depois de reverem a situação económico-financeiro, já com o impacto desta situação da pandemia e nessa altura será outro aspeto a considerar, mas se isso inviabilizar mais o município declara-se disponível para sair da parceria. Vamos negociar e ver as condições para

podermos sair. Acho que é uma posição perfeitamente coerente, franca e séria e por isso acho que devemos votar contra estas alterações”.

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse: “Esta atual empresa que fornece e abastece a população de Amarante e naturalmente Ansiães também, não fez praticamente investimentos e triplicou as tarifas. Eu lembro que exploração da água é na serra do Marão, portanto a água não vem do Paiva, vem do Marão, os depósitos já lá estavam e a rede estava feita. Precisam de ser colocados no seu lugar e acho muito bem que rejeitemos este acordo”.

SARA MACHADO - CDS/PP

No uso da palavra a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Em primeiro lugar, porque este é um assunto que dá muito que falar...Permitam-me que faça uma breve contextualização histórica da adesão ao sistema multimunicipal de Abastecimento de água e de Saneamento do Noroeste. A 30 de junho de 2010 foi outorgado o contrato de concessão entre o Estado Português e a Águas do Noroeste, S.A, tendo a esta sido conferida a exploração com exclusividade e por um prazo de 50 anos. Em 5 de julho de 2013 foi outorgado o Contrato de Parceria entre o Município de Amarante e o Estado Português, onde foi constituído o Sistema de Águas da Região do Noroeste, que agrupou também o sistema municipal de abastecimento público de água e saneamento de Amarante. Neste contexto e já antevendo que estes contratos seriam lesivos dos interesses dos amarantinos, tanto publicamente como em sede dos órgãos autárquicos, o CDS manifestaram a sua oposição a esta integração. Ora, analisando a proposta de alteração aos contratos de parceria e de gestão do Sistema de Águas da Região do Noroeste que agora foi apresentada, desde logo não nos podemos afastar do nosso posicionamento inicial, isto é, a oposição à outorga do mesmo em 5 de julho de 2013 e em especial quando, da alteração proposta, resulta a consignação expressa que tais contratos passam a vigorar para além de 2060. Nem os Amarantinos nos perdoariam, nem a nossa consciência o aceitaria. Apesar de não estar aqui em causa, constantemente sou abordada por munícipes, que tecem inúmeras reclamações, principalmente, quanto ao mau funcionamento das águas do Norte e quanto à faturação. Na verdade é do conhecimento geral que os valores das faturas são elevadíssimos, para consumos reduzidos. A título de exemplo, e tendo em consideração a fase que estamos a atravessar, a generalidade dos consumidores receberam faturas de valor superiores a € 150,00 (cento e cinquenta euros) que, em alguns casos, se referem a estabelecimentos comerciais que se encontravam fechados e conseqüentemente sem consumo. Esta situação é incompreensível, mesmo desrespeitosas dos consumidores.

Assim, o CDS opõe-se às alterações propostas ao contrato, principalmente, porque:

- Resulta numa prorrogação de 4 anos e seis meses aos contratos;
- Retira poderes à Assembleia Municipal;
- Altera aos critérios para fixação e revisão das tarifas;
- E, porque com a alteração ao facto de os representantes do Estado não poderem exercer funções em empresa do respetivo setor empresarial, esta remoção consti-

tui, abstratamente, o aumento dos riscos de imparcialidade dos membros a Comissão de Parceria designados pelo Estado.

Por estes motivos, o CDS opõe -se à proposta de alteração dos Contrato de Gestão e Contrato de Parceria. Seguindo aliás o conselho dos nossos vereadores, do CDS, do PSD e do PS, dando um sinal que Amarante está, agora, unida por esta causa, e que nós, representantes dos Amarantinos gostamos de perceber o verdadeiro alcance das propostas que nos fazem. Só desta forma nós CDS acautelamos, convosco, os interesses das gerações futuras, e consolidamos o posicionamento desejado pelos amarantinos e dos consumidores”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Pensei que íamos abreviar e que não tínhamos de ir de novo ao debate das águas e mesmo que tenha sido feita aqui uma resenha histórica, apenas de um lado, eu vou-me conter e não vou fazer uma nova resenha histórica. Contudo, gostava de dizer aqui uma coisa em particular ao CDS/PP, porque acho que é justo que o faça depois do que aqui se disse. Não vou discutir a parceria, não vou discutir os posicionamentos, mas eu ouvi o senhor deputado António Araújo dizer que a tarifa de água deve descer. Ouço o CDS dizer que está disponível para descer. Nós não iremos fazer isso de forma irresponsável, mas no próximo orçamento de Câmara, o PS irá apresentar uma proposta para ter a tarifa social da água no orçamento e nessa altura espero que o senhor deputado António Araújo e o CDS estejam também disponíveis para nos sentarmos à mesa, dizermos o que é que é um preço justo para a água e que a Câmara Municipal de Amarante esteja então disponível para aguentar uma redução de tarifas. Se o senhor Presidente quiser colocar o preço da água numa nova tarifa, tem de assumir esse prejuízo. Mas se estamos todos disponíveis vamos procurar fazê-lo. Ouvi do CDS duas coisas contraditórias. Estava há pouco preocupado com as receitas da Câmara para a sustentabilidade, mas a seguir vem dizer que é preciso baixar as tarifas. Também acho que o CDS apresentou aqui uma proposta à Câmara no sentido de que os estabelecimentos comerciais que estiveram fechados, não paguem uma despesa que consideram injusta. Sendo assim, do ponto de vista autárquico, é preciso que o CDS esteja disponível a convencer o Vereador do CDS a apresentar essa proposta à Câmara. O PS pode ajudar o CDS a convencer o Vereador do CDS a apresentar essa proposta. Estaremos aqui para ajudar”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Eu não queria alongar esta Assembleia nem queria falar do passado mas obrigam-me. Se as tarifas estão elevadas sabem d quem é a culpa? Minha não é de certeza. Eu estava na reunião de Câmara e eu sei a declaração que nós fizemos. Dissemos na altura que *“acresce ainda o elevadíssimo aumento das tarifas de água e saneamento”*. Para mim o preço está muito elevado e tem de haver redução. Concerteza que o senhor deputado leu isto e uma das propostas de que eu não falei é o facto de haver tarifas sociais, mas serem diluídas nas tarifas dos outros. Ou seja; por uma questão de solidariedade vamos pagar as dos outros, mas não foi esta Câmara que criou o problema, nem foi esta Câmara que nos meteu na parceria. Portanto o que eu acho é que tem de haver redução das tarifas, mas não é à custa dos contribuintes amarantinos. Deve ser à custa do programa de ajuda que incida sobre is-

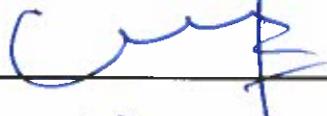
to. Não é diluir as tarifas sociais nas tarifas que as outras pessoas vão pagar porque todos os outros já pagam imenso. Deve haver as tarifas sociais mas com outras fontes de financiamento”.

Como mais nenhum senhor deputado estava inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: Aprovação por **UNANIMIDADE**

O ponto foi ainda aprovado em **MINUTA**, para poder produzir efeitos imediatos, tendo obtido a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Terminada que estava a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos às treze horas e trinta minutos. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada é assinada pelo senhor Presidente da Mesa e pelos seus Secretários

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO



